

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

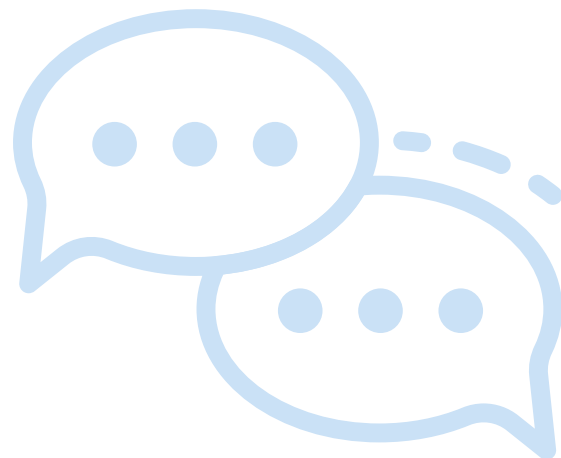


BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL



Sumário

Mensagem da **diretoria**



Apresentamos o Relatório Anual de Informações (RAI) da Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses, referente ao exercício de 2021.

Muito além da sua obrigatoriedade legal (Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006), o RAI é uma oportunidade de ratificar com todos os nossos Participantes, Assistidos, Patrocinadores e Parceiros os pilares da transparência, da ética e do trabalho intenso em que a Fundação vem se sustentando ao longo de sua história.

O contexto

Se 2020 foi um ano difícil, 2021 não poupou desafios. Vivemos fenômenos muito raros e de grandes impactos. Tivemos, no Brasil, o segundo maior choque inflacionário desde o Plano Real. Com a escalada do IPCA, a inflação oficial do país fechou o ano em 10,06%, acima da meta de 3,75% – impactada, principalmente, pela alta acima do previsto da energia e do combustível.

Com isso, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve uma política monetária contracionista ao longo de 2021, que se intensificou, especialmente, no segundo semestre, fazendo com que a Selic, que iniciou o ano em 2,00% a.a., fechasse em 9,25% a.a.. Essa forte alta da Selic afetou principalmente os títulos públicos federais marcados a mercado, constantes na maioria dos fundos de renda fixa. O IMA-B desvalorizou 1,26% em 2021, enquanto o IMA-B 5+ desvalorizou 6,55%.

Já a bolsa doméstica foi marcada pela volatilidade ao longo do ano, afetada especialmente pelo surgimento de novas cepas da Covid, criando incertezas quanto à disseminação do vírus e às medidas de isolamento. Além disso, houve um crescimento da

preocupação com o teto dos gastos após um longo período de discussões sobre a PEC dos precatórios. Com isso, o Ibovespa terminou o ano com uma desvalorização de 11,93%, registrando a primeira queda anual desde 2015. Com o mercado internacional ainda instável e o aumento das incertezas, principalmente com o cenário inflacionário mundial, o Dólar se manteve volátil no ano de 2021, fechando com alta de 7,39%.

Em 2022, o cenário desafiador e de volatilidade tende a se manter, especialmente ao considerarmos o processo de grandes mudanças nas políticas monetárias ao redor do mundo aliado às incertezas geradas pelas eleições no país.

Resultados

Ao longo de 2021, a Fundação Baneses manteve o foco na liquidez para contornar impactos de curto prazo, alterou estratégias, selecionou novos fundos de investimento e fortaleceu a diversificação da carteira, permitindo encerrar o ano, mais uma vez, com rentabilidade positiva nos Planos e acima da média nacional, conforme relatório Consolidado Estatístico Abrapp 12/2021: Planos CV (4,82%), Baneses (11,81%); e Planos CD (2,76%), Baneses (3,63%).

Recorda-se que, somente na última década, os ajustes realizados na Taxa de Juro da Meta Atuarial e em Tábuas de Mortalidade geraram necessidades atuariais de aproximadamente R\$ 211 milhões, referentes à parcela BD do Plano II. Mas, devido ao excelente trabalho realizado ao longo dos anos, em nenhum momento foi necessário estabelecer contribuições adicionais para satisfazer essas necessidades.

Ao final de 2021, o déficit contábil de R\$ 159,97 milhões apurado em 2020, e que é decorrente quase que totalmente dos eventos conjunturais referentes à economia e à longevidade, ocorridos ao longo dos anos, foi reduzido para R\$ 135,03 milhões. Visto que o ajuste de precificação (positivo) referente à parcela BD do Plano II é na ordem de R\$ 151,48 milhões, chega-se a um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$ 16,45 milhões. Excelente notícia!

Ao final de 2021, o recurso garantidor de reserva técnica do Plano II alcançou R\$ 1,97 bilhão, enquanto o do Plano III acumulou R\$ 28,15 milhões.

Por sua vez, salientamos que a meta de rentabilidade do Plano II foi alterada, com a finalidade de ficar aderente à realidade dos investimentos disponíveis no mercado, passando de IGP-DI + 4,5%, até abril de 2021, para o maior entre IPCA ou FRA + 4,50% a.a., a partir de maio, totalizando 24,90% a.a.. Em relação ao Plano III, a meta IPCA + 4,5% totalizou 15,01% a.a. e o CDI alcançou 4,41% a.a..

Educação Financeira e Previdenciária

Durante todo o ano, a Baneses continuou firme em seu trabalho de educação financeira e previdenciária de seus Participantes e Assistidos, agora num cenário totalmente digital.

O programa “Seu Futuro É Agora”, de estímulo ao aumento de contribuição, executou diversas ações temáticas e personalizadas, aproveitando épocas como 13º, PLR e REV, mês de reajuste, incentivando o acesso ao Simulador de Benefício, o cadastro na Área Exclusiva, ensinando a alterar o percentual de contribuição, etc. Além disso, a Fundação realizou um envio totalmente individual e personalizado, simulando a projeção de benefício do Participante para cada cenário de aumento de contribuição, demonstrando, em detalhes, os impactos positivos que que aquela atitude traria para sua reserva.

Tivemos, também, as apresentações do “Baneses com Você” LIVE, tanto para o Plano II quanto para o Plano III; ações de estímulo ao acompanhamento de reserva; orientações e esclarecimentos sobre empréstimo e migração de circular; ações de orientação e instrumentalização de gerenciamento das próprias expectativas em relação à Baneses; e ações de recepção de novos empregados do SFB e adesão ao Plano III em todos os meses de março a novembro.

Projetos 2021

O ano de 2021 também foi de grandes avanços tecnológicos na Baneses. No primeiro semestre, lançamos o novo site da Entidade, totalmente reformulado, mais dinâmico, moderno, interativo e intuitivo. Em dezembro, foi a vez do tão aguardado App, inicialmente disponível para dispositivos android. Com isso, Participantes e Assistidos passaram a ter acesso, de uma forma ainda mais prática, à plataforma de serviços oferecidos pela Fundação.

Esses e outros projetos fazem parte de um dos pilares do Planejamento Estratégico Baneses, aprovado para o período de 2021/2023. O P.E. traz, ainda, a criação de novos Planos, a disponibilização de novos serviços, além da automatização e modernização de processos operacionais.

Novos desafios

Sabemos que o mundo pós-pandemia não será mais o mesmo, e os desafios que virão em 2022 serão grandes. As mudanças foram profundas em todos os cenários – sociais, políticos e econômicos.

O que permanece inabalável é a nossa certeza de que continuaremos lutando por uma Baneses sólida, ética e profissional, protegendo e fortalecendo o nosso patrimônio.

Uma boa leitura a todos!

Síntese dos Resultados



Os resultados da Baneses em 2021 estão detalhados neste relatório. Contudo, segue abaixo uma síntese dos principais números:

Plano II

- A Baneses pagou R\$ 156,23 milhões em benefícios a seus Assistidos (incluindo o pagamento de Resgates Por Desligamento e Pecúlios); recebeu R\$ 32,95 milhões em contribuições dos Participantes, Autopatrocinados, Assistidos e Patrocinadores do Plano II.
- Encerrou o exercício de 2021 com 2.507 Assistidos (Aposentados e Pensionistas) e 1.247 Participantes (ativos, autopatrocinados e em suspensão de contribuição) do Plano II de Aposentadoria;
- As Provisões Matemáticas do Plano II tiveram aumento de 2,94%, sendo de R\$ 2,04 bilhões para R\$ 2,10 bilhões;
- O benefício definido do Plano II apresentou crescimento de 4,17%, passando de 1,44 bilhão para 1,50 bilhão, e os benefícios a conceder aumentaram 0,79%, de 599,00 milhões para 603,73 milhões;
- O Plano II de Aposentadoria encerrou o exercício com Déficit Contábil de R\$ 135,03 milhões, redução de 15,59% no ano. Por representar 4,17% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos, o Plano está deficitário em 31/12/2021. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008;
- O déficit apresentado em 31/12/2021 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2020, originado, principalmente, em função de ganhos/perdas atuariais e, segundo o estudo da taxa de juros, esse déficit será equacionado no longo prazo, tendo em vista o ajuste de precificação positivo em valor

superior ao déficit técnico apurado. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural:

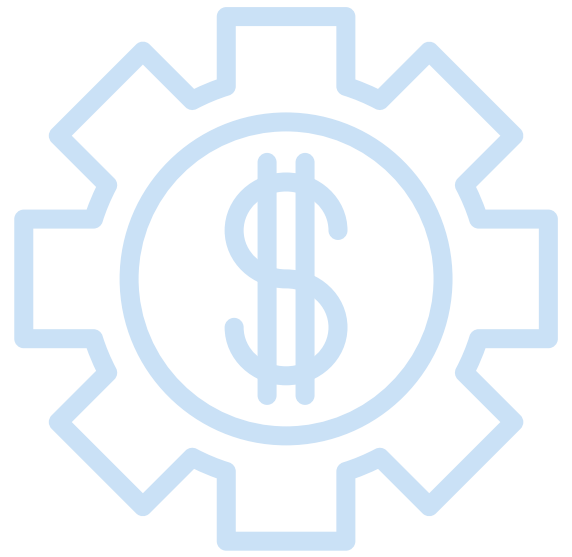
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do Plano II, calculada pela Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu o resultado de 11,81%, e a meta de rentabilidade (IGP-DI + 4,5% até abril de 2021 e a partir de maio o maior entre IPCA ou FRA + 4,50%a.a.), totalizou 24,90%.

Plano III

- O Plano III recebeu R\$ 7,65 milhões de contribuições dos Participantes e Patrocinadores e pagou R\$ 156,13 mil de Resgate Por Desligamento;
- Encerrou o exercício de 2021 com 587 participantes (Ativos e Autopatrocinados);
- A provisão matemática do Plano III cresceu 31,52%, de R\$ 21,10 milhões para R\$ 27,75 milhões, e o Fundo Previdencial cresceu 49,05%, de R\$ 250,34 mil para 373,13 mil;
- O Plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida (CD) – ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invalidez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria;
- O Plano III acumulou uma rentabilidade de 3,63%, calculada a partir do método de taxa interna considerando apenas os investimentos do Plano, e a rentabilidade do CDI foi de 4,41% no mesmo período;

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2021	2020	Variação (%)
a) Equilíbrio Técnico	(135,03)	(159,97)	(15,59)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	151,48	143,57	5,51
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	16,45	(16,40)	(200,33)

Gestão de Investimento



É inegável que 2021 foi mais um ano difícil, agravando os desafios enfrentados pelos fundos de pensão para alcançar metas de rentabilidade da carteira de investimento.

Nos últimos dois anos, vivemos fenômenos muito raros e de grandes impactos. Em 2021 tivemos no Brasil o segundo maior choque inflacionário desde o Plano Real. Com a escalada do IPCA, a inflação oficial do Brasil fechou o ano em 10,06%, acima da meta para o ano, impactada principalmente pela alta acima do previsto da energia e do combustível. Com isso, o COPOM manteve uma política monetária contracionista ao longo de 2021, que se intensificou, especialmente, no segundo semestre do ano, fazendo com que a Selic, que iniciou o ano em 2,00% a.a., fechasse 2021 em 9,25% a.a..

Essa forte alta da Selic afetou principalmente os títulos públicos federais marcados a mercado, constantes na maioria dos fundos de renda fixa, com isso, o IMA-B desvalorizou em 2021 1,26%, sendo que os títulos mais longos foram os mais afetados, quando o IMA-B 5+ desvalorizou 6,55%.

Já a bolsa doméstica foi marcada pela volatilidade em 2021, afetada especialmente pelo surgimento de novas cepas da COVID, criando incertezas quanto à disseminação do vírus e as medidas de isolamento, além do crescimento da preocupação com o teto dos gastos, após um longo período de discussões sobre a PEC dos precatórios. Com isso, o Ibovespa termi-

nou o ano com uma desvalorização de 11,93%, registrando a primeira queda anual desde 2015. Além disso, com o mercado internacional ainda volátil e o aumento das incertezas, principalmente com o cenário inflacionário mundial, o Dólar se manteve volátil no ano de 2021, fechando com alta de 7,39%.

Tudo isso tornou a gestão de ativos ainda mais complexa diante das incertezas provocadas pela oscilação (volatilidade) dos preços nos mercados financeiros.

Para 2022 o cenário desafiador e de volatilidade tende a se manter, especialmente em meio a um processo de grande mudança nas políticas monetárias ao redor do mundo aliado às incertezas geradas pelo processo eleitoral local.

Resultados

Ao longo do ano de 2021, a Fundação Baneses manteve o foco na liquidez para contornar impactos de curto prazo, alterou estratégias, selecionou novos fundos de investimento, fortaleceu a diversificação da carteira de investimentos permitindo encerrar, mais uma vez, o ano de 2021 com rentabilidade positiva nos planos

Plano II No exercício findo em 2021, o recurso garantidor de reserva técnica era de R\$ 1,97 bilhão e a rentabilidade acumulada dos investimentos, calculada pela Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu o resultado de 11,81%, contra a meta de rentabilidade (IGP-DI + 4,5% até abril de 2021 e a partir de maio o maior entre IPCA ou FRA + 4,50%a.a.), que totalizou uma meta de 24,90%.

Plano III Ao final de dezembro de 2021, o recurso garantidor de reserva técnica era de R\$ 28,15 milhões e a rentabilidade acumulada (TIR) dos investimentos presente na carteira do Plano alcançou o resultado de 3,63% contra o CDI de 4,41%.

PGA No exercício findo em 2021, o patrimônio do PGA era de R\$ 16,33 milhões e a rentabilidade acumulada dos investimentos obteve o resultado de 3,29%, calculada pela TIR.

Plano II

Renda Fixa

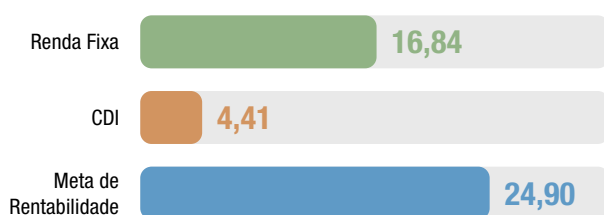
A alocação no segmento de renda fixa tem por objetivo a adequação dos ativos com as futuras obrigações atuariais do Plano.

Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFT's, NTN-B's e NTN-C's) e Fundos de Investimento, e respondem por 73,1% da carteira total de investimentos, equivalente a um montante de R\$ 1,49 bilhão.

A rentabilidade anual da carteira de renda fixa, medida pela taxa interna de retorno (TIR), foi de 16,84%, superior ao CDI (4,41%) e abaixo da meta de rentabilidade (IGP-DI + 4,50% até abril de 2021 e a partir de maio o maior entre IPCA ou FRA + 4,50%a.a.) de 24,90%.

Os títulos públicos federais NTN-B e NTN-C foram os maiores responsáveis pela rentabilidade no segmento, 17,69% e 27,56% respectivamente.

Rentabilidade em Renda Fixa - 2021 (em %)



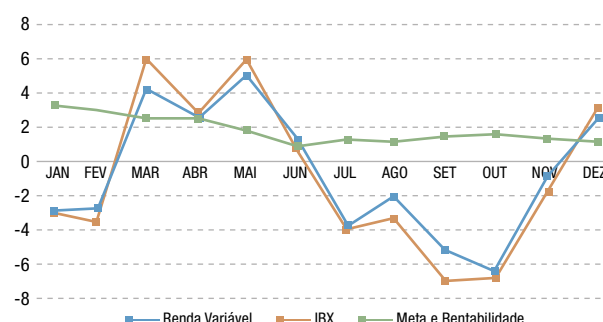
Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 268,71 milhões, representando 13,63% da carteira total de investimentos da Baneses.

A carteira própria é composta por ações das empresas de capital aberto: Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras, Vale e, ainda, os Fundos de Investimento em Ações com gestores diversificados em busca de uma gestão mais ativa.

Com as sucessivas altas e baixas da Bolsa de Valores ao longo do ano, a Baneses, ao final do exercício, apresentou uma rentabilidade negativa de 8,65% enquanto o IBX fechou negativo em 11,16%.

Rentabilidade de Renda Variável - 2021



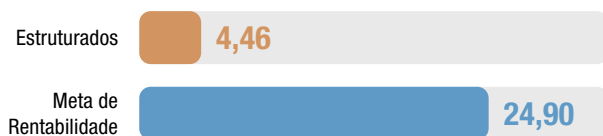
Investimentos Estruturados

A carteira é composta por Fundos de Investimento em Participações (FIP's) - uma espécie de condomínio fechado que investe na economia real por meio de participações em empresas - e por Fundos de Investimento Multimercados, saindo de um montante de R\$ 122,38 milhões em 2020 para R\$ 139,52 milhões no fechamento de 2021.

A Baneses possui aplicação em 5 FIP's que investem em setores de infraestrutura, economia real, energia renovável e florestas. Alguns desses fundos sofrem com questões relacionadas a mudanças regulatórias, crises no setor energético, problemas administrativos e no desenvolvimento das obras, influência política, entre outros.

Assim, com todo o trabalho de acompanhamento realizado nos FIP's e o processo de alocação em fundos de investimentos multimercados, a carteira de Investimentos Estruturados apresentou, no final do período, uma rentabilidade positiva em 4,46% e um saldo de R\$ 139,52 milhões, representando 7,07% dos investimentos da Baneses, uma evolução de 14,01% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2020.

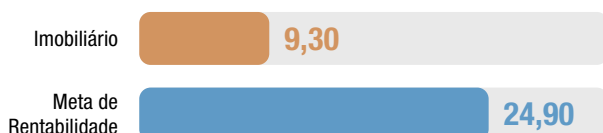
Rentabilidade de Estruturados - 2021 (em %)



Imóveis

O segmento é composto por imóveis em carteira própria e um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) com seus respectivos saldos, R\$ 40,63 milhões e R\$ 488,53 mil, totalizando R\$ 41,12 milhões e representando 2,08% dos investimentos da Baneses. O segmento de imóveis atingiu ao final de 2021 uma rentabilidade 9,30%.

Rentabilidade dos Imóveis - 2021 (em %)



Empréstimos

O saldo de Operação com Participante ao final do ano de 2021, que consiste na concessão de empréstimo pessoal, onde os juros pagos retornam ao patrimônio da Fundação, era de R\$ 30,64 milhões, composto por 1.425 contratos ativos, equivalente a 1,55% dos investimentos da Baneses.

A carteira de empréstimos registrou, no ano, rentabilidade de 29,49%, equivalente a 118,44% da meta de rentabilidade (IGP-DI + 4,50% até abril de 2021 e a partir de maio o maior entre IPCA ou FRA + 4,50%a.a.)

Rentabilidade dos Empréstimos - 2021 (em %)

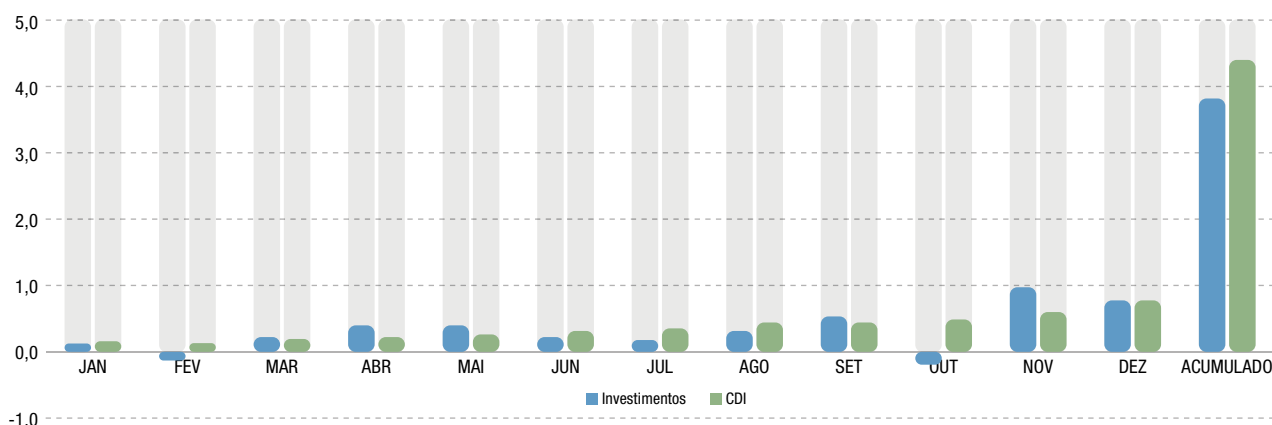


Plano III

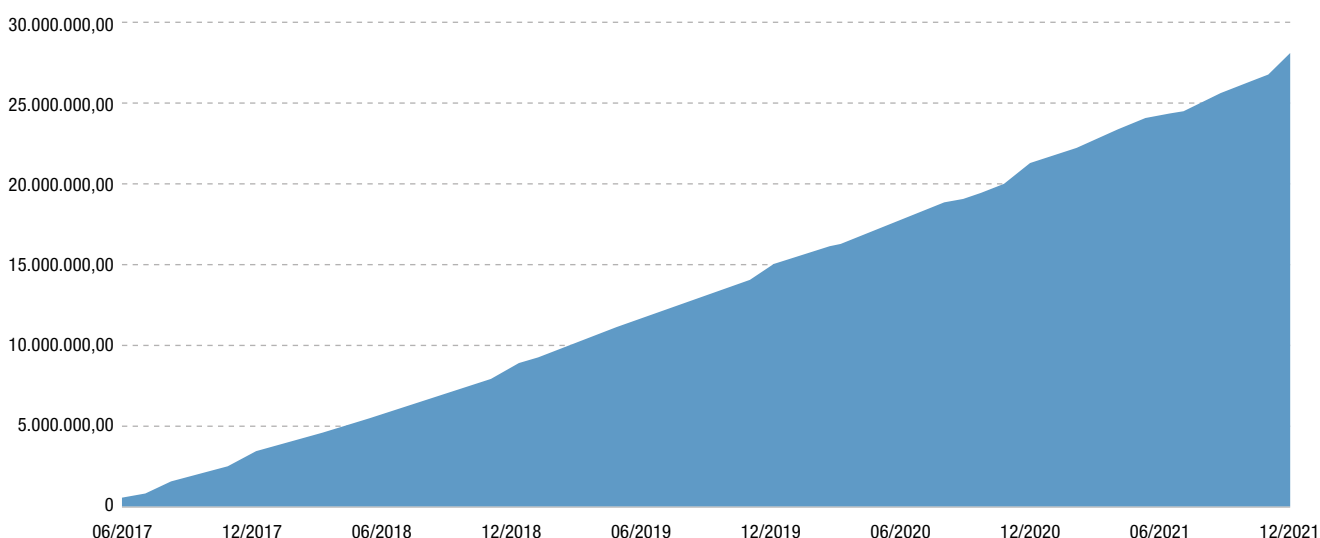
Renda Fixa

Os investimentos do Plano III de Benefícios têm seguido uma estratégia conservadora, aplicando seus recursos em ativos de renda fixa, notadamente, em fundos de investimentos de renda fixa e multimercado, que possuem uma rentabilidade próximo ao CDI.

Rentabilidade Plano III de Benefícios - Comparativo Índice de Referência



O Plano III está em fase de acumulação de recursos e o seu patrimônio vem crescendo gradualmente conforme gráfico, fazendo com que suas despesas obrigatórias tenham cada vez menor impacto na rentabilidade dos investimentos.



RESUMO DOS INVESTIMENTOS

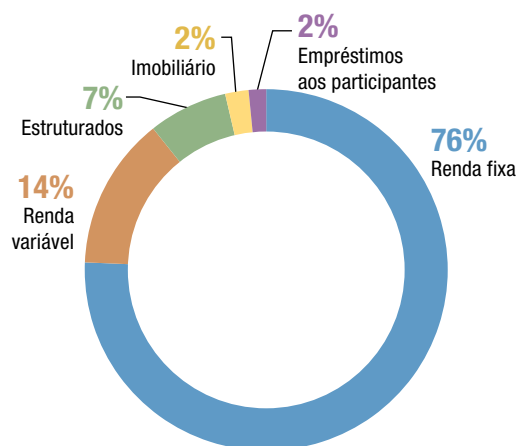
PGA

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2021	2020	
INVESTIMENTOS	16.318	15.770	3,47
Investimentos em Renda Fixa	16.318	15.770	3,47
Fundos de Investimento	16.318	15.770	

PLANO II

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO
	2021	2020	(%)
INVESTIMENTOS	1.973.865	1.886.263	4,64
Renda Fixa	1.493.445	1.378.269	8,36
LFT	20.212	30.441	
NTN – C	220.768	295.797	
NTN – B	1.030.016	861.230	
Fundos de Investimento	222.449	190.801	
Renda Variável	269.137	303.567	-11,34
Ações Banestes	45.009	48.885	
EDP ON	20.374	19.119	
Bradesco PN	3.101	3.983	
Petrobras PN	9.193	9.157	
Vale ON	17.115	19.199	
Fundos de Ações	174.179	203.140	
Dividendos à Receber	166	84	
Estruturados	139.519	122.376	14,01
Fundos de Participações	19.920	19.811	
Fundos Multimercado	119.599	102.565	
Imobiliário	41.123	45.978	-10,56
Fundos Imobiliário	489	4.960	
Imóveis	40.634	41.018	
Empréstimos aos Participantes	30.641	36.073	-15,06

Rentabilidade dos Investimentos - 2021



PLANO III

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2021	2020	
INVESTIMENTOS	28.146	21.326	31,98
Renda Fixa	26.450	21.326	24,03
Fundos de Investimento	26.450	21.326	
Estruturados	1.696	-	
Fundos Multimercado	1.696	-	

LIMITES DE ALOCAÇÃO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022/2026

PGA

(Em R\$ mil)

Segmento	Valores alocados (dez/2021)	% dos RGRT	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Aderência
Renda Fixa	16.318	100,00	90,00	100,00	Enquadrado
Renda Variável	-	0	0,00	10,00	N/A
Imobiliário	-	0	0,00	20,00	N/A
Total dos Investimentos	16.318	100,00			

PLANO II

(Em R\$ mil)

Segmento	Valores alocados (dez/2021)	% dos RGRT	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Aderência
Renda Fixa	1.493.445	75,66	30,00	100,00	Enquadrado
Renda Variável	269.137	13,64	0,00	40,00	Enquadrado
Estruturados	139.519	7,07	0,00	10,00	Enquadrado
Exterior	-	0,00	0,00	5,00	N/A
Imobiliário	41.123	2,08	0,00	10,00	Enquadrado
Empréstimos aos Participantes	30.641	1,55	0,00	15,00	Enquadrado
Total dos Investimentos	1.973.865	100,00			

PLANO III

(Em R\$ mil)

Segmento	Valores alocados (dez/2021)	% dos RGRT	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Aderência
Renda Fixa	26.450	93,97	50,00	100,00	Enquadrado
Renda Variável	-	0,00	0,00	20,00	NA
Estruturados	1.696	6,03	0,00	15,00	Enquadrado
Exterior	-	0,00	0,00	10,00	NA
Imobiliário	-	0,00	0,00	20,00	NA
Empréstimos aos Participantes	-	0,00	0,00	15,00	NA
Total dos Investimentos	28.146	100,00	50	100,00	

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

PGA

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO 31/12/2021 (R\$ MIL)
RENDA FIXA		8.757		53,61	53,66	
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.230.719/0001-26	2.061	0,08	12,62	12,63	2.584.229
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	1.228	0,12	7,52	7,53	994.841
BRDESCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00	488	0,01	2,99	2,99	8.371.477
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	2.525	0,59	15,46	15,47	425.100
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	2.264	0,32	13,86	13,87	703.126
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	191	0,07	1,17	1,17	281.113
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		7.561		46,29	46,34	
BRDESCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	3.291	1,34	20,15	20,17	244.803
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	1.864	0,16	11,41	11,42	1.172.502
VINCI VALOREM FI MULTIMERCADO	13.396.703/0001-22	2.406	0,10	14,73	14,74	2.525.828
TOTAL		16.318		100,10	100,00	

1 - Limite da Política de Investimentos 2021: 5%, exceto para fundos exclusivos

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

PLANO II

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ Mil)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO 31/12/2021 (R\$ Mil)
RENDA FIXA		193.554		9,81	36,07	
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	115.501	96,62	5,85	21,52	119.540
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	5.602	2,52	0,28	1,04	222.361
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.230.719/0001-26	11.304	0,44	0,57	2,11	2.584.229
BRDESCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00	4.436	0,05	0,22	0,83	8.371.477
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	4.968	0,40	0,25	0,93	1.241.206

continua

continuação

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ Mil)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO 31/12/2021 (R\$ Mil)
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FIC RENDA FIXA LP	12.682.783/0001-10	2.166	1,06	0,11	0,40	203.677
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	12.091	2,84	0,61	2,25	425.100
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	09.093.819/0001-15	4.978	0,34	0,25	0,93	1.459.166
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	18.757	2,67	0,95	3,50	703.126
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	4.749	1,69	0,24	0,88	281.113
SANTANDER IMA-B 5 TOP FI RENDA FIXA LP	18.599.673/0001-75	3.041	0,35	0,15	0,57	860.871
SANTANDER IMA-B PREMIUM FIC RENDA FIXA LP	14.504.578/0001-90	2.304	0,23	0,12	0,43	1.006.899
WESTERN ASSET ATIVO FI RENDA FIXA	03.499.367/0001-90	3.657	0,36	0,19	0,68	1.011.125
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		28.895		1,47	5,39	
BRADESCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	2.751	1,12	0,14	0,51	244.803
CLARITAS INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	10.705.335/0001-69	2.873	0,31	0,15	0,54	930.361
IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	4.893	0,25	0,25	0,91	1.935.914
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	8.921	0,76	0,45	1,66	1.172.502
VINCI VALOREM FI MULTIMERCADO	13.396.703/0001-22	9.457	0,37	0,48	1,76	2.525.828
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		119.599		6,07	22,28	
ABSOLUTE EP ALPHA GLOBAL FIC MULTIMERCADO	32.892.057/0001-39	10.862	3,48	0,55	2,02	312.238
BAHIA AM MARAU FIC MULTIMERCADO	17.087.932/0001-16	4.761	0,52	0,24	0,89	909.459
BRADESCO MACRO FIC MULTIMERCADO	12.085.947/0001-21	5.015	1,36	0,25	0,93	367.866
GARDE DUMAS FIC MULTIMERCADO	18.961.501/0001-08	7.200	1,79	0,36	1,34	402.674
GAUSS FIC MULTIMERCADO	24.592.505/0001-50	4.627	0,71	0,23	0,86	655.416
IBIUNA HEDGE ST FP FIC MULTIMERCADO	39.851.719/0001-71	10.654	1,65	0,54	1,99	647.018
ITAÚ GLOBAL DINÂMICO PLUS FIC MULTIMERCADO	26.269.983/0001-50	10.331	0,29	0,52	1,93	3.547.835
KAPITALO KAPPA ADVISORY FIC MULTIMERCADO	26.978.199/0001-10	8.904	0,68	0,45	1,66	1.304.319
KINEA CHRONOS FI MULTIMERCADO	21.624.757/0001-26	8.299	0,23	0,42	1,55	3.624.010
NOVUS MACRO FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	5.309	4,82	0,27	0,99	110.183
OCCAM EQUITY HEDGE FIC MULTIMERCADO	11.403.956/0001-50	6.148	0,69	0,31	1,15	889.269

continua

continuação

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ Mil)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO 31/12/2021 (R\$ Mil)
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FIC MULTIMERCADO	22.345.384/0001-17	19.741	1,88	1,00	3,68	1.052.573
TRUXT I MACRO FIC MULTIMERCADO	26.277.600/0001-95	17.748	4,28	0,90	3,31	414.365
RENTA VARIÁVEL		174.179		8,82	32,46	
4UM MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	13.633	6,36	0,69	2,54	214.346
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	18.225	1,32	0,92	3,40	1.378.837
BAHIA AM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	2.777	1,62	0,14	0,52	171.130
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	12.239.939/0001-92	15.646	7,60	0,79	2,92	205.904
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	11.108.013/0001-03	6.358	1,43	0,32	1,18	444.668
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	3.939	0,46	0,20	0,73	854.112
BRADESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	21.250	1,50	1,08	3,96	1.419.484
BRASIL CAPITAL 30 INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	35.704.438/0001-35	5.702	1,31	0,29	1,06	434.576
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	02.895.694/0001-06	5.559	3,12	0,28	1,04	178.162
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	08.279.304/0001-41	8.025	0,80	0,41	1,50	999.787
MOAT CAPITAL FIC AÇÕES	20.658.576/0001-58	9.637	0,69	0,49	1,80	1.392.247
NAVI INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	14.113.340/0001-33	6.698	0,77	0,34	1,25	869.227
NEO NAVITAS FIC AÇÕES	11.961.199/0001-30	8.589	2,13	0,44	1,60	403.886
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	17.157.131/0001-80	16.551	6,54	0,84	3,08	252.954
PERFIN FORESIGHT INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	14.976	7,42	0,76	2,79	201.761
SHARP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL FI AÇÕES	17.898.650/0001-07	6.665	1,25	0,34	1,24	533.461
XP INVESTOR DIVIDENDOS FI AÇÕES	16.575.255/0001-12	9.949	8,59	0,50	1,85	115.821
PARTICIPAÇÕES		19.920		1,01	3,71	
BTG PACTUAL II FICFIP INFRAESTRUTURA	14.584.094/0001-06	4.993	1,06	0,25	0,93	472.873
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP MULTISTRATÉGIA	12.188.161/0001-30	1.630	2,74	0,08	0,30	59.515
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FIP MULTISTRATÉGIA	35.640.811/0001-31	5.531	0,56	0,28	1,03	993.886
LACAN FLORESTAL FIP MULTISTRATÉGIA	13.812.224/0001-40	6.482	1,97	0,33	1,21	328.457
LACAN FLORESTAL III FEEDER FIP MULTISTRATÉGIA	32.527.734/0001-10	1.284	1,66	0,07	0,24	77.189
IMOBILIÁRIOS		489		0,02	0,09	
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	489	3,34	0,02	0,09	14.656
TOTAL		536.636		30,38	100,00	

1 - Limite da Política de Investimentos 2021: 10% do PL para fundos de ação e 5% do PL do fundo para os demais, exceto para fundos exclusivos.

2 - Limite da Política de Investimentos 2021: 2,5% dos RGRT, exceto para fundos exclusivos.

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

PLANO III

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO 31/12/2021 (R\$ MIL)
RENDA FIXA		16.683		59,27	59,27	
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	4.039	3,38	14,35	14,35	119.540
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	2.529	0,25	8,98	8,99	994.841
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	403	0,03	1,43	1,43	1.241.206
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	4.111	0,97	14,60	14,61	425.100
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	3.086	0,44	10,96	10,96	703.126
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	1.713	0,61	6,09	6,09	281.113
SULAMÉRICA JURO REAL CURTO FI RENDA FIXA LP	16.892.116/0001-12	391	0,32	1,39	1,39	120.385
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	17.517.577/0001-78	411	0,04	1,46	1,46	942.927
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		9.767		34,70	34,70	
BRADESCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	1.750	0,71	6,22	6,22	244.803
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	4.452	0,23	15,82	15,82	1.935.914
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	3.267	0,28	11,61	11,61	1.172.502
SAFRA CARTEIRA PREMIUM FI MULTIMERCADO	17.253.869/0001-40	298	0,08	1,06	1,06	394.393
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		1.696		6,03	6,03	
NOVUS MACRO FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	538	0,49	1,91	1,91	110.183
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FIC MULTIMERCADO	22.345.384/0001-17	590	0,06	2,10	2,10	1.052.573
TRUXT I MACRO FIC MULTIMERCADO	26.277.600/0001-95	568	0,14	2,02	2,02	414.365
TOTAL		28.146		99,99	100,00	

1 - Limite da Política de Investimentos 2021: 5%, exceto para fundos exclusivos

2 - Limite da Política de Investimentos 2021: 25%, exceto para fundos exclusivos

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

FUNDOS DE INVESTIMENTO - CUSTOS

PGA

FUNDOS	CNPJ	Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Taxa de Performance Índice de Referência
RENDA FIXA					
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.230.719/0001-26	Banestes DTVM	0,20%	Não possui	Não possui
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	BB Gestão de Recursos DTVM	0,20%	Não possui	Não possui
BRADERCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00	Braderco Asset Management	0,15%	Não possui	Não possui
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	Icatu Vanguarda	0,30%	20%	100% do CDI
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	Kinea Investimentos	0,92%	20%	100% do IPCA + 5,5% a.a.
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	Santander Brasil Asset Management	0,30%	Não possui	Não possui
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL					
BRADERCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	Braderco Asset Management	0,50%	20,00%	100% do CDI
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	Occam Brasil	1,00%	20,00%	100% do CDI
VINCI VALOREM FI MULTIMERCADO	13.396.703/0001-22	Vinci Partners	0,96%	20,00%	100% do IMA-B 5

PLANO II

FUNDO	CNPJ	Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Taxa de Performance Índice de Referência
RENDA FIXA					
BANESTES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	BRZ Investimentos	0,60%	20,00%	100% do IPCA + 6,25% a.a.
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	Banestes DTVM	0,20%	Não possui	Não possui
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.230.719/0001-26	Banestes DTVM	0,20%	Não possui	Não possui
BRADERCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00	Braderco Asset Management	0,15%	Não possui	Não possui
BRADERCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	Braderco Asset Management	0,20%	Não possui	Não possui
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FIC RENDA FIXA LP	12.682.783/0001-10	Icatu Vanguarda	0,50%	Não possui	Não possui
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	Icatu Vanguarda	0,30%	20,00%	100% do CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	09.093.819/0001-15	Itaú Unibanco	0,18%	Não possui	Não possui

continua

continuação

FUNDO	CNPJ	Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Taxa de Performance Índice de Referência
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	Kinea Investimentos	0,92%	20,00%	100% do IPCA + 5,5% a.a.
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	Santander Brasil Asset Management	0,30%	Não possui	Não possui
SANTANDER IMA-B 5 TOP FI RENDA FIXA LP	18.599.673/0001-75	Santander Brasil Asset Management	0,30%	0,2	100% do IMA-B 5
SANTANDER IMA-B PREMIUM FIC RENDA FIXA LP	14.504.578/0001-90	Santander Brasil Asset Management	0,20%	Não possui	Não possui
WESTERN ASSET ATIVO FI RENDA FIXA	03.499.367/0001-90	Western Asset	0,40%	Não possui	Não possui
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL					
BRADERCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	Braderco Asset Management	0,50%	20,00%	100% do CDI
CLARITAS INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	10.705.335/0001-69	Claritas Investimentos	0,97%	20,00%	100% do CDI
IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	Itaú Unibanco	0,30%	Não possui	Não possui
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	Occam Brasil	1,00%	20,00%	100% do CDI
VINCI VALOREM FI MULTIMERCADO	13.396.703/0001-22	Vinci Partners	0,96%	20,00%	100% do IMA-B 5
MULTIMERCADO ESTRUTURADO					
ABSOLUTE EP ALPHA GLOBAL FIC MULTIMERCADO	32.892.057/0001-39	Absolute Investimentos	1,90%	20,00%	100% do CDI
BAHIA AM MARAU FIC MULTIMERCADO	17.087.932/0001-16	Bahia Asset Management	1,90%	20,00%	100% do CDI
BRADERCO MACRO FIC MULTIMERCADO	12.085.947/0001-21	Braderco Asset Management	1,50%	20,00%	100% do CDI
GARDE DUMAS FIC MULTIMERCADO	18.961.501/0001-08	Garde Asset Management	1,89%	20,00%	100% do CDI
GAUSS FIC MULTIMERCADO	24.592.505/0001-50	Gauss Capital	1,95%	20,00%	100% do CDI
IBIUNA HEDGE ST FP FIC MULTIMERCADO	39.851.719/0001-71	Ibiuna Investimentos	1,96%	20,00%	100% do CDI
ITAÚ GLOBAL DINÂMICO PLUS FIC MULTIMERCADO	26.269.983/0001-50	Itaú Unibanco	2,00%	20,00%	100% do CDI
KAPITALO KAPPA ADVISORY FIC MULTIMERCADO	26.978.199/0001-10	Kapitalo Investimentos	2,00%	20,00%	100% do CDI
KINEA CHRONOS FI MULTIMERCADO	21.624.757/0001-26	Kinea Investimentos	2,00%	20,00%	100% do CDI
NOVUS MACRO FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	Novus Capital	1,90%	20,00%	100% do CDI
OCCAM EQUITY HEDGE FIC MULTIMERCADO	11.403.956/0001-50	Occam Brasil	2,00%	20,00%	100% do CDI
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FIC MULTIMERCADO	22.345.384/0001-17	SPX Capital	0,70%	20,00%	100% do CDI
TRUXT I MACRO FIC MULTIMERCADO	26.277.600/0001-95	Truxt Investimentos	1,90%	20,00%	100% do CDI
AÇÕES					

continua

continuação

FUNDO	CNPJ	Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Taxa de Performance Índice de Referência
4UM MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	4UM Investimentos	2,00%	20,00%	100% do Ibovespa
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	AZ Quest Investimentos	2,00%	20,00%	100% do SMLL
BAHIA AM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	Bahia Asset Management	1,90%	20,00%	100% do SMLL
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	12.239.939/0001-92	BNP Paribas Asset Management	2,00%	20,00%	100% do Ibovespa
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	11.108.013/0001-03	BNP Paribas Asset Management	2,00%	20,00%	100% do SMLL
BRADERCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	Braderco Asset Management	1,50%	Não possui	Não possui
BRADERCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	Braderco Asset Management	1,50%	Não possui	Não possui
BRASIL CAPITAL 30 INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	35.704.438/0001-35	Brasil Capital	1,38%	20,00%	100% do Ibovespa
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	02.895.694/0001-06	Franklin Templeton Investimentos	2,00%	20,00%	100% do Ibovespa
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	08.279.304/0001-41	Icatu Vanguarda	2,00%	Não possui	Não possui
MOAT CAPITAL FIC AÇÕES	20.658.576/0001-58	Moat Capital	1,85%	20,00%	100% do Ibovespa
NAVI INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	14.113.340/0001-33	Navi Capital	1,50%	20,00%	100% do Ibovespa
NEO NAVITAS FIC AÇÕES	11.961.199/0001-30	NEO Investimentos	1,30%	20,00%	100% do Ibovespa
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	17.157.131/0001-80	Oceana Investimentos	2,00%	20,00%	100% do Ibovespa
PERFIN FORESIGHT INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	Perfin Investimentos	1,85%	20,00%	100% do Ibovespa
SHARP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL FI AÇÕES	17.898.650/0001-07	Sharp Capital	3,00%	Não possui	Não possui
XP INVESTOR DIVIDENDOS FI AÇÕES	16.575.255/0001-12	XP Asset Management	3,00%	Não possui	Não possui
IMOBILIÁRIO					
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	Claritas Investimentos	0,18%	20,00%	100% do IPCA + 8% a.a.
PARTICIPAÇÕES					
BTG PACTUAL II FICFIP INFRAESTRUTURA	14.584.094/0001-06	BTG Pactual Gestora de Recursos	2,00%	20,00%	100% do IPCA + 8% a.a.
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP MULTISTRATÉGIA	12.188.161/0001-30	Genial Banco	0,08%	20,00%	100% do IPCA + 8% a.a.
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FIP MULTISTRATÉGIA	35.640.811/0001-31	BTG Pactual Gestora de Recursos	0,02	0,2	100% do IPCA + 6,5% a.a.
LACAN FLORESTAL FIP MULTISTRATÉGIA	13.812.224/0001-40	Lacan Investimentos	1,00%	20,00%	100% do IPCA + 10% a.a.
LACAN FLORESTAL III FEEDER FIP MULTISTRATÉGIA	32.527.734/0001-10	Lacan Investimentos	1,50%	20,00%	IPCA + 6% a.a.

PLANO III

FUNDOS	CNPJ	Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Taxa de Performance Índice de Referência
RENDA FIXA					
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	BRZ Investimentos	0,60%	20,00%	100% do IPCA + 6,25% a.a.
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	BB Gestão de Recursos DTVM	0,20%	Não possui	Não possui
BRANCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	Bradesco Asset Management	0,20%	Não possui	Não possui
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	Icatu Vanguarda	0,30%	20,00%	100% do CDI
KINEA IPCA ABSOLUTO FIC RENDA FIXA	27.599.290/0001-98	Kinea Investimentos	0,92%	20,00%	100% do IPCA + 5,5% a.a.
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	Santander Brasil Asset Management	0,30%	Não possui	Não possui
SULAMÉRICA JURO REAL CURTO FI RENDA FIXA LP	16.892.116/0001-12	SulAmérica Investimentos	0,25%	20,00%	100% do IMA-B 5
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	17.517.577/0001-78	Western Asset	0,40%	Não possui	Não possui
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL					
BRANCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	Bradesco Asset Management	0,50%	20,00%	100% do CDI
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	Itaú Unibanco	0,30%	Não possui	Não possui
OCCAM INSTITUCIONAL II FIC MULTIMERCADO	15.578.417/0001-03	Occam Brasil	1,00%	20,00%	100% do CDI
SAFRA CARTEIRA PREMIUM FI MULTIMERCADO	17.253.869/0001-40	Safra Asset Management	0,50%	10,00%	100% do CDI
MULTIMERCADO ESTRUTURADO					
NOVUS MACRO FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	Novus Capital	1,90%	20,00%	100% do CDI
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FIC MULTIMERCADO	22.345.384/0001-17	SPX Capital	0,70%	20,00%	100% do CDI
TRUXT I MACRO FIC MULTIMERCADO	26.277.600/0001-95	Truxt Investimentos	1,90%	20,00%	100% do CDI

Demonstrativo Analítico de **Investimentos**



DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

PGA

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2021	(%)	2020	(%)
Renda Fixa	16.318	100,00	15.770	100,00
Total dos Investimentos	16.318	100,00	15.770	100,00

PLANO II

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2021	(%)	2020	(%)
Renda Fixa	1.493.445	75,66	1.378.269	73,07
Renda Variável	269.137	13,64	303.567	16,09
Estruturados	139.519	7,07	122.377	6,49
Imobiliário	41.123	2,08	45.978	2,44
Empréstimos aos Participantes	30.641	1,55	36.073	1,91
Total dos Investimentos	1.973.865	100,00	1.886.264	100,00

PLANO III

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2021	(%)	2020	(%)
Renda Fixa	26.450	93,97	21.326	100,00
Estruturado	1.696	6,03	-	-
Total dos Investimentos	28.146	100,00	21.326	100,00

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO II - 2021

(Em %)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,53	1,10	1,94	1,09	1,46	1,11	1,08	1,15	1,23	1,12	1,60	1,28	16,84
Renda Variável	(2,87)	(2,79)	4,28	2,59	5,08	1,33	(3,90)	(2,14)	(5,17)	(6,40)	(0,81)	2,59	(8,65)
Estruturados	(0,45)	2,52	1,07	0,41	0,44	0,12	(1,09)	0,67	0,74	0,32	(0,13)	(0,22)	4,46
Imobiliário	0,56	0,55	0,54	0,57	0,57	0,62	2,44	0,65	0,61	0,60	0,62	0,62	9,30
Empréstimos	1,65	3,28	3,25	3,63	2,22	4,29	1,42	1,39	1,56	1,21	0,83	1,47	29,49
Investimentos	0,61	0,55	2,05	1,23	1,79	0,97	0,12	0,53	0,17	(0,06)	1,00	1,22	10,64

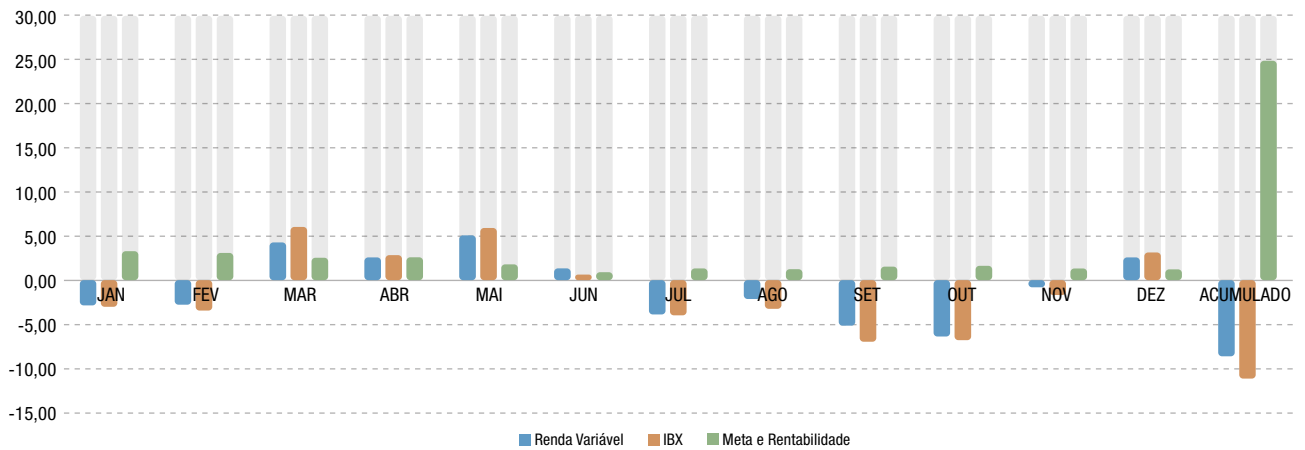
ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2021

(Em %)

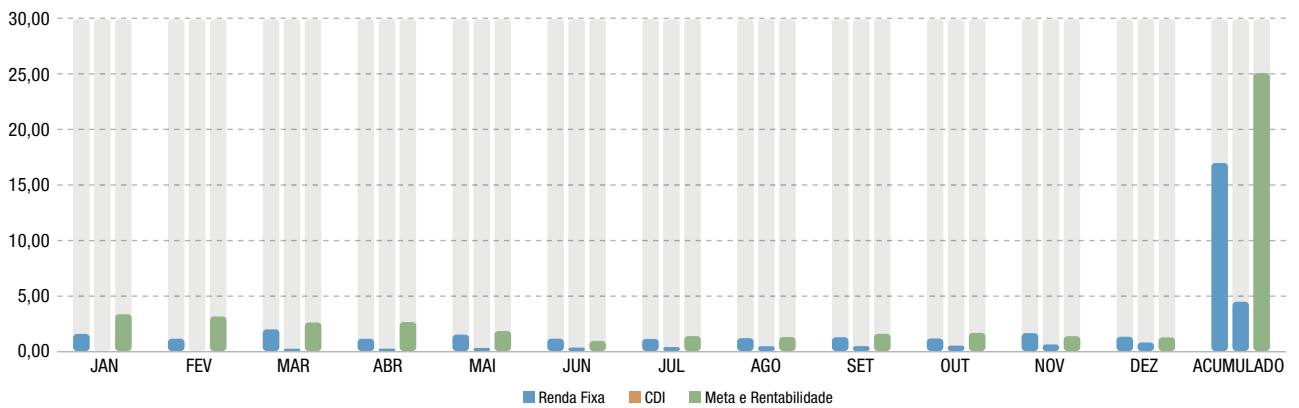
ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,15	0,13	0,20	0,21	0,27	0,31	0,36	0,43	0,44	0,48	0,59	0,76	4,41
IBX	(3,03)	(3,45)	6,04	2,84	5,92	0,63	(3,99)	(3,25)	(6,99)	(6,81)	(1,69)	3,14	(11,17)
Meta de rentabilidade	3,29	3,09	2,55	2,60	1,79	0,90	1,33	1,24	1,53	1,62	1,32	1,22	24,90

1 - Meta de rentabilidade: IGP-DI + 4,50% a.a. até abril de 2021 e, a partir de maio de 2021, o maior entre IPCA ou FRA adicionado a 4,50% a.a., conforme alteração aprovada pelo Conselho Deliberativo.

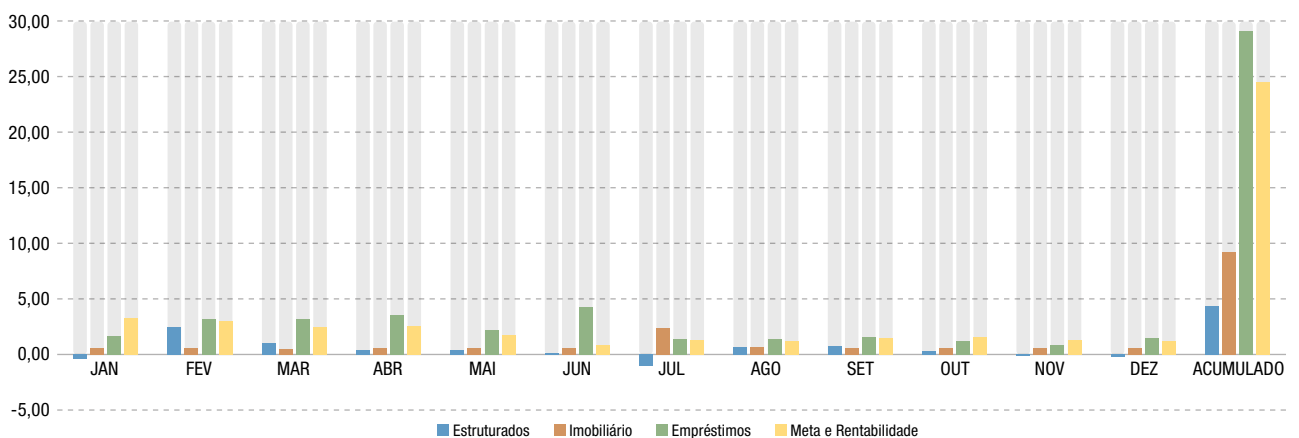
Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Variável



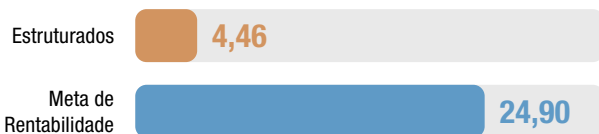
Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Índices de Referência



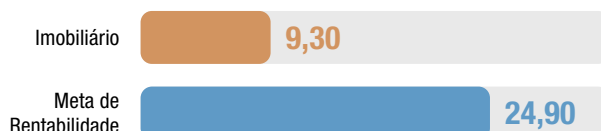
Rentabilidade de Estruturados - 2021 (em %)



Rentabilidade dos Empréstimos - 2021 (em %)



Rentabilidade dos Imóveis - 2021 (em %)



RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO III - 2021

(em %)

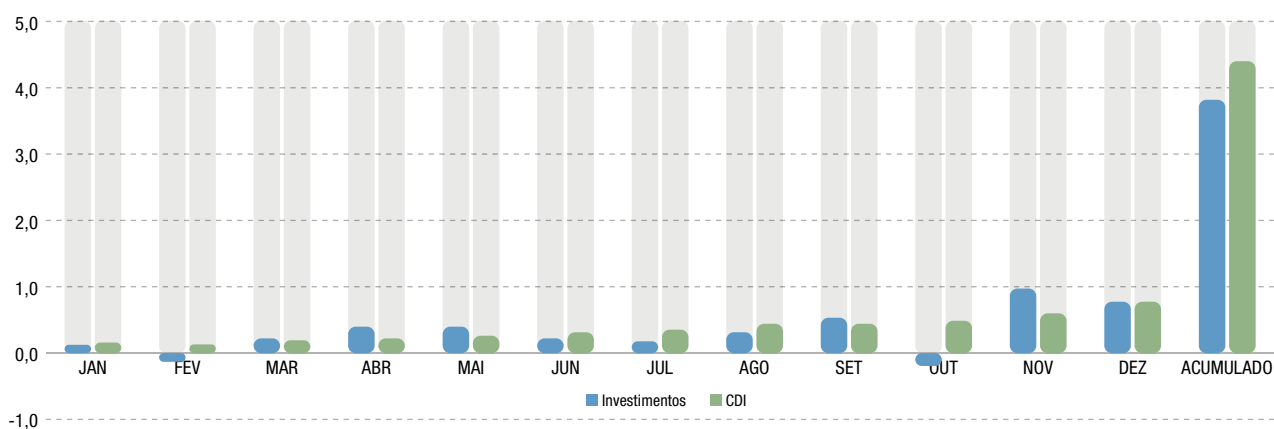
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,11	-0,14	0,22	0,40	0,40	0,22	0,18	0,31	0,52	-0,20	0,98	0,77	3,81
Estruturados	0,00	0,00	1,20	0,16	0,82	0,18	-2,77	0,14	1,29	0,84	-0,72	0,60	1,70
Investimentos	0,11	-0,14	0,25	0,38	0,43	0,21	-0,03	0,30	0,57	-0,13	0,87	0,76	3,63

ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2021

(Em %)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,15	0,13	0,20	0,21	0,27	0,31	0,36	0,43	0,44	0,48	0,59	0,76	4,41
IPCA + 4,5% a.a.	0,62	1,23	1,30	0,68	1,20	0,90	1,33	1,24	1,53	1,62	1,32	1,10	15,01

Rentabilidade Plano III de Benefícios - Comparativo Índice de Referência



RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PGA - 2021

(Em %)

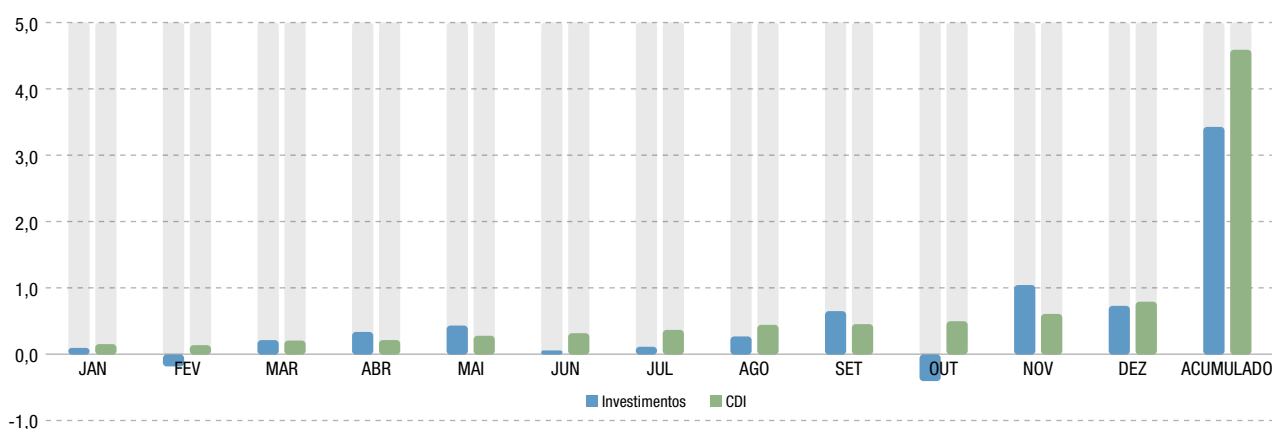
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,10	-0,17	0,21	0,33	0,42	0,06	0,11	0,26	0,63	-0,39	1,00	0,70	3,29
Investimentos	0,10	-0,17	0,21	0,33	0,42	0,06	0,11	0,26	0,63	-0,39	1,00	0,70	3,29

ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2021

(Em %)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,15	0,13	0,20	0,21	0,27	0,31	0,36	0,43	0,44	0,48	0,59	0,76	4,41

Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



LIMITES OPERACIONAIS

PGA - 31/12/2021

Base: Resolução CMN nº 4.661 de 25.05.2018

- PATRIMÔNIO DA BANESES	R\$ Mil
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	17.316
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	-919
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.398
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	16.318
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	17
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	16.335

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA		100,00%	16.214	99,26%	98,88%
Títulos Federais	OK	100,0%	13.330	81,61%	81,29%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Fundos	OK	-	13.330	81,61%	81,29%
Ativos de Renda Fixa (a + b)	OK	80,0%	2.884	17,66%	17,59%
(a) Total dos recursos em:	OK	80,0%	2.797	17,13%	17,06%
Ativos financeiros de RF e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN	OK	-	576	3,53%	3,52%
CDB, RDB, LF, LH, LCI, LCA	OK	-	524	3,21%	3,20%
DPGE	OK	-	52	0,32%	0,32%
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras	OK	-	2.221	13,60%	13,54%
Debêntures	OK	-	2.214	13,55%	13,50%
Notas Promissórias	OK	-	7	0,04%	0,04%
(b) Total dos recursos em:	OK	20,0%	87	0,53%	0,53%
FIDC ou FIC de FIDC	OK	-	87	0,53%	0,53%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	-	0,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	121	0,74%	0,73%
Ações Negociadas em segmento especial	OK	70,0%	111	0,68%	0,67%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	111	0,68%	0,67%
Ações negociadas em segmento não especial	OK	50,0%	10	0,06%	0,06%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	10	0,06%	0,06%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) nível II e III	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%
Ouro Físico	OK	3,0%	-	0,00%	0,00%
EXTERIOR	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%
IMOBILIÁRIO	OK	20,0%	-	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	-	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM O PATROCINADOR	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%

OBSERVAÇÕES:

* As aplicações em imóveis via carteira própria não são mais permitidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018 estando condicionado ao estoque imobiliário ser alienado no período de 12 anos a contar da entrada em vigor da norma. A Política de Investimentos do PGA não prevê limite para imóveis em carteira própria, em acordo com a legislação.

1 - Conforme especificação elaborada pela Aditus em relatórios mensais de carteira aberta.

Plano II - 31/12/2021

Base: Resolução CMN nº 4.661 de 25.05.2018

- PATRIMÔNIO DA BANESES	R\$ Mil
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	1.997.333
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	-3.400
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-11.059
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.982.874
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.973.865
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	-92
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT).....	1.973.773

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0%	1.630.558	82,61%	82,23%
Títulos Federais	OK	100,0%	1.499.882	75,99%	75,64%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	-	1.250.784	63,37%	63,08%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	-	20.212	1,02%	1,02%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Fundos	OK	-	228.886	11,60%	11,54%
Ativos de Renda Fixa (a + b)	OK	80,0%	126.391	6,40%	6,37%
(a) Total dos recursos em:	OK	80,0%	115.654	5,86%	5,83%
Ativos financeiros de RF e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN	OK	-	21.980	1,11%	1,11%
CDB, RDB, LF, LH, LCI, LCA	OK	-	21.828	1,11%	1,10%
DPGE	OK	-	152	0,01%	0,01%
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras	OK	-	93.674	4,75%	4,72%
Debêntures	OK	-	93.650	4,74%	4,72%
Notas Promissórias	OK	-	24	0,00%	0,00%
(b) Total dos recursos em:	OK	20,0%	10.737	0,54%	0,54%
FIDC ou FIC de FIDC	OK	-	9.479	0,48%	0,48%
CPR, CRA, CDA, CDCA e WA	OK	-	1.258	0,06%	0,06%
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	OK	-	4.285	0,22%	0,22%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	139.519	7,07%	7,04%
Fundos de Investimentos em Participações	OK	15,0%	19.920	1,01%	1,00%
Brasil Energia Renovável FIP	OK	-	1.630	0,08%	0,08%
BTG Pactual Economia Real Multiestratégia FIP	OK	-	5.531	0,28%	0,28%
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	-	4.993	0,25%	0,25%
Lacan Florestal FIP	OK	-	6.482	0,33%	0,33%
Lacan Florestal III FIP	OK	-	1.284	0,07%	0,06%
Fundos de Investimentos Multimercado Estruturados	OK	15,0%	119.599	6,06%	6,03%
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	249.568	12,64%	12,59%
Ações Negociadas em segmento especial	OK	70,0%	195.524	9,91%	9,86%
OI PN	OK	-	-	0,00%	0,00%
ENBR ON	OK	-	20.374	1,03%	1,03%
BRADESCO PN	OK	-	3.101	0,16%	0,16%

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO	(%) RGRT	(%) PL
PETROBRAS PN	OK	-	9.193	0,47%	0,46%
VALE PNA	OK	-	17.115	0,87%	0,86%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	145.741	7,38%	7,35%
Ações negociadas em segmento não especial	OK	50,0%	53.737	2,72%	2,71%
BANESTES ON	OK	-	22.993	1,16%	1,16%
BANESTES PN	OK	-	22.016	1,12%	1,11%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	8.728	0,44%	0,44%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) nível II e III	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%
Ouro Físico	OK	3,0%	-	0,00%	0,00%
Opções	OK	-	141	0,01%	0,01%
Valores a receber	OK	-	166	0,01%	0,01%
EXTERIOR	OK	10,0%	563	0,03%	0,03%
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta	OK	-	563	0,03%	0,03%
IMOBILIÁRIO	OK	20,0%	42.523	2,15%	2,14%
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	-	488	0,02%	0,02%
Claritas Logística I FI Imobiliário	OK	-	488	0,02%	0,02%
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	OK	-	1.401	0,07%	0,07%
Certificado de Crédito Imobiliário - CCI	OK	-	-	0,00%	0,00%
Imóveis Carteira Própria	OK	4,0% *	40.634	2,06%	2,05%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	30.641	1,55%	1,55%
Empréstimos	OK	15,0%	30.641	1,55%	1,55%
OPERAÇÕES COM O PATROCINADOR	OK	10,0%	45.009	2,28%	2,27%
Ações BANESTES	OK	10,0%	45.009	2,28%	2,27%

OBSERVAÇÕES:

* As aplicações em imóveis via carteira própria não são mais permitidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018 estando condicionado ao estoque imobiliário ser alienado no período de 12 anos a contar da entrada em vigor da norma. O limite de 4% refere-se ao limite em relação ao patrimônio líquido determinado pela Política de Investimentos do Plano II.

1 - Conforme especificação elaborada pela Aditus em relatórios mensais de carteira aberta.

Plano III - 31/12/2021

Base: Resolução CMN nº 4.661 de 25.05.2018

- PATRIMÔNIO DA BANESES	R\$ Mil
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	29.562
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	-40
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.522
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	28.146
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	3
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	28.149

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO 1 R\$ MIL	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0%	26.083	92,66%	88,35%
Títulos Federais	OK	100,0%	18.082	64,24%	61,25%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Fundos	OK	-	18.082	64,24%	61,25%
Ativos de Renda Fixa (a + b)	OK	80,0%	7.456	28,42%	27,10%
(a) Total dos recursos em:	OK	80,0%	7.035	24,99%	23,83%
Ativos financeiros de RF e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN	OK	-	2.437	8,66%	8,26%
CDB, RDB, LF, LH, LCI, LCA	OK	-	2.287	8,13%	7,75%
DPGE	OK	-	150	0,53%	0,51%
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras	OK	-	4.598	16,26%	15,50%
Debêntures	OK	-	4.577	16,26%	15,50%
Notas Promissórias	OK	-	21	0,08%	0,07%
(b) Total dos recursos em:	OK	20,0%	421	1,50%	1,43%
FIDC ou FIC de FIDC	OK	-	377	1,34%	1,28%
CPR, CRA, CDA, CDCA e WA	OK	-	44	0,16%	0,15%
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	OK	-	545	1,93%	1,84%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	1.696	6,03%	5,75%
Fundos de Investimentos em Participações	OK	15,0%	-	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos Multimercado Estruturados	OK	15,0%	1.696	6,03%	5,75%
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	320	1,14%	1,09%
Ações Negociadas em segmento especial	OK	70,0%	296	1,05%	1,00%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	296	1,05%	1,00%
Ações negociadas em segmento não especial	OK	50,0%	22	0,08%	0,08%
Aplicação Indireta Fundos de Investimentos	OK	-	22	0,08%	0,08%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) nível II e III	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%
Ouro Físico	OK	3,0%	-	0,00%	0,00%
Opções	OK	-	2	0,01%	0,01%
EXTERIOR	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%
IMOBILIÁRIO	OK	20,0%	49	0,17%	0,17%
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	OK	-	49	0,17%	0,17%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	-	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM O PATROCINADOR	OK	10,0%	-	0,00%	0,00%

OBSERVAÇÕES:

* As aplicações em imóveis via carteira própria não são mais permitidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018 estando condicionado ao estoque imobiliário ser alienado no período de 12 anos a contar da entrada em vigor da norma. O Política de Investimentos do Plano III não prevê limite para imóveis em carteira própria, em acordo com a legislação.

1 - Conforme especificação elaborada pela Aditus em relatórios mensais de carteira aberta.

Informações Referentes à **Política de Investimentos**



Política de Investimentos – PGA

A Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos do Plano Administrativo, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 29/2009.

1 - Plano de Gestão Administrativa

Período de Referência: janeiro a dezembro de 2022

2 - Política de Alçada

LIMITES DE ALÇADA

Modalidade	Orgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

3 - Alocação objetivo e limites de alocação

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%
Imobiliário	20%	0%	0%	20%

4 - Índices de Referência (Benchmark) e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 06/2018 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

BENCHMARK E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade	Retorno Esperado
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 4,00% a.a.	10,04%
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 8,00% a.a.	NA
Imobiliário	IFIX	IGP-DI + 4,50% a.a.	NA

A rentabilidade dos investimentos auferida pelo Plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5(cinco) exercícios, de forma acumulada encontra-se registrada na tabela a seguir:

Rentabilidade dos Investimentos auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	Acumulado
Renda Fixa	10,00%	6,16%	6,13%	1,18%	3,29%	29,52%
Investimentos ¹	10,00%	6,16%	6,13%	1,18%	3,29%	29,52%

¹ Desde sua constituição o PGA é composto apenas por investimentos em Renda Fixa.

5 - Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

6 - Gestão de risco

A Baneses monitora os seguintes critérios de controles internos aplicados na gestão de risco:

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de mercado	• Modelos de VaR e B-VaR • Teste de Stress	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatórios de risco consultoria externa; • Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos; • Relatório Gerencial.
Risco de crédito	• Limitação por contraparte; • Diversificação; • Acompanhamento de <i>Ratings</i>	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatório de risco da consultoria externa; • Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>ratings</i>; • Relatório gerencial.
Risco de liquidez	• Liquidez dos ativos de mercado	• Monitoramento dos prazos de resgates e carência de fundos abertos; • Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance da consultoria externa; • Relatório gerencial; • Após concluído o estudo de ALM a EFPC, extrair do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco operacional	• Controles Inadequados; • Falha de gerenciamentos; • Erros humanos.	• Implementação e mapeamento de processo e rotinas de trabalho; • Adoção de práticas de Governança corporativa; • Certificação dos profissionais que participam do processo de decisão dos investimentos.
Risco legal	• Violação da Legislação e Política; • Violação de Regulamentos; • Falta em contratos.	• Enquadramento legal; • Enquadramento da Política de Investimentos; • Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance da consultoria externa; • Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço;
Risco sistêmico	• Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	• Priorizar os investimentos em títulos soberanos e títulos que disponham de garantias; • Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 15 de dezembro de 2021
Ata CD: Livro 65 / Páginas 02 a 15.

Política de Investimentos – Plano II

A Política de Investimento do Plano II, referente ao exercício de 2022, tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em horizonte de médio e longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos administrados pela Baneses.

1 - Plano de Benefício

Principais características do Plano:

- **Tipo de Plano:** Contribuição Variável (CV)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 1998001229
- **Meta de Rentabilidade:** Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR):** Carla Barreto
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Período de Referência:** janeiro a dezembro de 2022

** FRA - Conforme item B.9.2.5 do Regulamento do Plano II, o FRA (Fator de Reajuste Anual) corresponde à composição da variação do IGP-DI no período de 12 meses com a Rentabilidade Anual Excedente (RAE), limitado à rentabilidade do patrimônio do Plano II no mesmo período de apuração descontado do juro da meta atuarial.*

2 - Política de Alçada

LIMITES DE ALÇADA

Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Estruturado	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Participações	Conselho Deliberativo

3 - Alocação objetivo e limites de alocação

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 em que a Baneses poderá manter aplicações:

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	71,10%	30%	100%
Renda Variável	70%	16,33%	0%	40%
Estruturados	20%	6,88%	0%	10%
Exterior	10%	1,71%	0%	5%
Imobiliário	20%	2,32%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	1,66%	0%	15%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

4 - Índices de referência (Benchmark) e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 35/2020 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade	Retorno Esperado
Plano	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% a.a.	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% a.a.	12,10%
Renda Fixa	CDI	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,00% a.a.	12,01%
Renda Variável	IBrX	Máximo entre IPCA e FRA* + 8,00% a.a.	12,66%
Estruturados	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% a.a.	Máximo entre IPCA e FRA* + 7,50% a.a.	11,54%
Imobiliário	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% a.a.	Máximo entre IPCA e FRA* + 6,00% a.a.	11,66%
Operações com Participantes	Máximo entre IPCA e FRA* + 4,50% a.a.	Máximo entre IPCA e FRA* + 9,56% a.a.	14,94%
Exterior	MSCI World (BRL)	Máximo entre IPCA e FRA* + 8,00% a.a.	2,78%

* Conforme indicado no Parecer Atuarial de fevereiro de 2021, referente a 31/12/2020.

FRA - Conforme item B.9.2.5 do Regulamento do Plano II, o FRA (Fator de Reajuste Anual) corresponde à composição da variação do IGP-DI no período de 12 meses com a Rentabilidade Anual Excedente (RAE), limitado à rentabilidade do patrimônio do Plano II no mesmo período de apuração descontado do juro da meta atuarial.

A rentabilidade dos investimentos auferida pelo Plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5(cinco) exercícios, de forma acumulada encontra-se registrada na tabela a seguir:

Rentabilidade dos investimentos auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	Acumulado
Renda Fixa	9,37%	11,17%	10,89%	14,28%	16,84%	80,02%
Renda Variável	27,49%	17,23%	45,92%	-1,20%	-8,65%	96,84%
Estruturados	9,72%	7,48%	8,02%	4,16%	4,46%	38,59%
Imobiliário ¹	49,85%	6,40%	4,88%	32,21%	9,30%	141,65%
Operação com participantes	10,65%	16,89%	13,94%	36,18%	29,49%	159,86%
Exterior ²	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Investimentos	12,04%	11,79%	15,31%	11,77%	11,81%	80,48%

¹ Por considerar apenas imóveis em carteira própria, conforme definido na CMN 3.792/2009 (revogada), as rentabilidade auferidas em 2017 e 2020 foram impactadas pela reavaliação dos imóveis;

² A Baneses não possui investimentos no exterior.

5 - Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral

Os investimentos realizados pela Baneses, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fi-dejussórias, se existentes. Os investimentos devem ser objeto de monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar seu desempenho e gerenciar seus riscos. A avaliação pode variar conforme as especificidades de cada classe, ativo, estratégia, mandato, etc. No caso de fundos de investimento, tais aplicações devem ser constantemente monitoradas em função da complexidade de sua estrutura e da particularidade de suas variáveis. A área de investimentos deve estar em constante contato com o gestor e/ou administrador do fundo que tem a obrigação de prover a Baneses de informações necessárias, com o intuito de controlar os riscos e acompanhar performance em seu período de aplicação e desenvolvimento. O desinvestimento deve ocorrer sempre que algum dos critérios de monitoramento assim exigir, e contanto que as condições de mercado viabilizem essa operação.

6 - Gestão de risco

A Baneses monitora os seguintes critérios de controles internos aplicados na gestão de risco:

Risco	Monitoramento	Controles Adotados
Risco de mercado	• Modelos de VaR e B-VaR • Teste de Stress	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatórios de risco consultoria externa; • Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos; • Relatório Gerencial.
Risco de crédito	• Limitação por contraparte; • Diversificação; • Acompanhamento de <i>Ratings</i>	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatório de risco da consultoria externa; • Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>ratings</i>; • Relatório gerencial.

Risco	Monitoramento	Controles Adotados
Risco de liquidez	• Liquidez dos ativos de mercado	• Monitoramento dos prazos de resgates e carência de fundos abertos; • Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance da consultoria externa; • Relatório gerencial; • Após concluído o estudo de ALM a EFPC, extrair do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco operacional	• Controles Inadequados; • Falha de gerenciamentos; • Erros humanos.	• Implementação e descrição de rotinas de trabalho; • Adoção de práticas de Governança corporativa; • Certificação dos profissionais que participam do processo de decisão dos investimentos.
Risco legal	• Violação da Legislação e Política; • Violação de Regulamentos; • Falta em contratos.	• Enquadramento legal; • Enquadramento da Política de Investimentos; • Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance da consultoria externa; • Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço;
Risco sistêmico	• Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	• Priorizar os investimentos em títulos soberanos e títulos que disponham de garantias; • Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade
Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo
Data: 15 de dezembro de 2021
Ata CD: Livro 65 / Páginas 02 a 15.

Política de Investimentos – Plano III

A Política de Investimento do Plano III, referente ao exercício de 2022, tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em horizonte de médio e longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos administrados pela Baneses.

1 - Plano de Benefício

Principais características do Plano:

- **Tipo de Plano:** Contribuição Definida (CD)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 2017000256
- **Meta de Rentabilidade:** IPCA + 4,50% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR):** Carla Barreto
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Período de Referência:** janeiro a dezembro de 2022

2 - Política de Alçada

LIMITES DE ALÇADA

Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Conselho Deliberativo
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Estruturado	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundo de Investimento Imobiliário (FII)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo

3 - Alocação objetivo e limites de alocação

A tabela a seguir mostra os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 em que a Banestes poderá manter aplicações:

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Limite Legal	Limites	
		Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	50%	100%
Renda Variável	70%	0%	20%
Estruturados	20%	0%	15%
Exterior	10%	0%	10%
Imobiliário	20%	0%	20%
Operações com Participantes	15%	0%	15%

4 - Índices de referência (Benchmark) e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 35/2020 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade	Retorno Esperado
Plano	IPCA + 4,50% a.a.	IPCA + 4,50% a.a.	10,53%
Renda Fixa	CDI	IPCA + 4,00% a.a.	10,40%
Renda Variável	IBrX	IPCA + 7,50% a.a.	9,41%
Estruturados	CDI + 2,00% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.	11,70%
Exterior	MSCI World (BRL)	IPCA + 5,50% a.a.	NA
Imobiliário	IFIX	IPCA + 4,50% a.a.	NA
Operações com Participantes	IPCA + 4,50% a.a.	IPCA + 6,50% a.a.	NA

A rentabilidade dos investimentos auferida pelo Plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5 (cinco) exercícios, de forma acumulada encontra-se registrada na tabela a seguir:

Rentabilidade dos investimentos auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2017 ¹	2018	2019	2020	2021	Acumulado
Renda Fixa	5,50%	6,07%	6,85%	3,17%	3,82%	28,07%
Renda Variável	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Imobiliário	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Estruturados	NA	NA	NA	NA	1,70%	1,70%
Investimentos	5,50%	6,07%	6,85%	3,17%	3,63%	27,84%

¹ Rentabilidade a partir da constituição do Plano III, em 19 de maio de 2017

5 - Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral

Os investimentos realizados pela Baneses, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fidejussórias, se existentes. Os investimentos devem ser objeto de monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar seu desempenho e gerenciar seus riscos. A avaliação pode variar conforme as especificidades de cada classe, ativo, estratégia, mandato, etc. No caso de fundos de investimento, tais aplicações devem ser constantemente monitoradas em função da complexidade de sua estrutura e da particularidade de suas variáveis. A área de investimentos deve estar em constante contato com o gestor e/ou administrador do fundo que tem a obrigação de prover a Baneses de informações necessárias, com o intuito de controlar os riscos e acompanhar performance em seu período de aplicação e desenvolvimento. O desinvestimento deve ocorrer sempre que algum dos critérios de monitoramento assim exigir, e contanto que as condições de mercado viabilizem essa operação.

6 - Gestão de risco

A Baneses monitora os seguintes critérios de controles internos aplicados na gestão de risco:

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de mercado	• Modelos de VaR e B-VaR • Teste de Stress	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatórios de risco consultoria externa; • Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos; • Relatório Gerencial.
Risco de crédito	• Limitação por contraparte; • Diversificação; • Acompanhamento de <i>Ratings</i>	• Controles pelos gestores exclusivos; • Relatório de risco da consultoria externa; • Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>ratings</i>; • Relatório gerencial.
Risco de liquidez	• Liquidez dos ativos de mercado	• Monitoramento dos prazos de resgates e carência de fundos abertos; • Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance da consultoria externa; • Relatório gerencial; • Após concluído o estudo de ALM a EFPC, extrair do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco operacional	• Controles Inadequados; • Falha de gerenciamentos; • Erros humanos.	• Implementação e mapeamento de processo e rotinas de trabalho; • Adoção de práticas de Governança corporativa; • Certificação dos profissionais que participam do processo de decisão dos investimentos.
Risco legal	• Violação da Legislação e Política; • Violação de Regulamentos; • Falta em contratos.	• Enquadramento legal; • Enquadramento da Política de Investimentos; • Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance da consultoria externa; • Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço;
Risco sistêmico	• Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	• Priorizar os investimentos em títulos soberanos e títulos que disponham de garantias; • Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade
Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo
Data: 15 de dezembro de 2021
Ata CD: Livro 65 / Páginas 02 a 15.

Informações Previdenciais



PARTICIPANTES – PLANO II

DESCRIÇÃO	2020	2021
Participantes Ativos	1.311	1.204
Participantes Autopatrocinados	35	34
Participantes Vinculados	1	1
Pensionistas	304	323
Aposentados	2.147	2.185

PARTICIPANTES – PLANO III

DESCRIÇÃO	2020	2021
Participantes Ativos	523	589
Participantes Autopatrocinados	08	7

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS Plano II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2021	2020	2021	2020
Ap.Tempo de Contribuição	72.768	69.578	1.027	1.027
Ap.Antecipada	37.077	35.115	898	898
Ap.Idade	161	163	14	14
Ap.Invalidez	3.955	3.991	176	176
Ap.Especial	53	57	2	2
Benefício Proporcional Diferido	1.184	1.190	30	30
Pensão Por Morte	13.647	11.946	304	304
Benefício Prestação Única	5.709	5.386	41	41
Pecúlio Por Morte	5.460	3.527	41	41
Institutos	4.867	6.904	24	24

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS Plano II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2021	2020	%
Contribuição de Ativos	10.954	11.472	(4,53)
Contribuição de Assistidos	11.933	11.805	1,08
Contribuição de Patrocinadora	7.209	7.683	(6,17)
Contribuição de Autopatrocinados	235	227	3,47
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	2.605	2.513	3,61
Ataulização Depósitos Judiciais / Outras Adições	17	-	-
Total	32.951	34.996	(5,84)

PROVISÕES MATEMÁTICAS Plano II*(Em R\$ mil)*

DESCRIÇÃO/ANO	2021	2020	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	2.102.931	2.041.063	3,03
Provisões Matematicas	2.102.931	2.041.063	3,03
Beneficio Concedidos	1.499.199	1.441.618	3,99
Beneficios a Conceder	603.733	599.445	0,72

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS Plano III*(Em R\$ mil)*

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2021	2020	2021	2020
Institutos	1.010	157	6	5

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS Plano III*(Em R\$ mil)*

DESCRIÇÃO/ANO	2021	2020	%
Contribuição de Ativos	3.876	3.405	13,85
Contribuição de Patrocinadora	3.735	3.158	18,29
Total	7.611	6.563	15,98

PROVISÕES MATEMÁTICAS Plano III*(Em R\$ mil)*

DESCRIÇÃO/ANO	2021	2020	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	27.746	21.101	31,49
Provisões Matematicas	27.746	21.101	31,49
Beneficios a Conceder	27.746	21.101	31,49

Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	54	90
REALIZÁVEL	2.026.864	1.932.667
Gestão Previdencial	8.453	9.270
Gestão Administrativa	83	37
Investimentos	2.018.328	1.923.360
Títulos Públicos	1.270.996	1.187.468
Renda Variável	94.957	100.427
Fundos de Investimento	581.100	558.374
Investimentos em Imóveis	40.634	41.018
Operações com Participantes	30.641	36.073
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	537	653
Imobilizado	104	132
Intangível	433	521
TOTAL DO ATIVO	2.027.455	1.933.410

PASSIVO	2021	2020
EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.950	3.202
Gestão Previdencial	3.016	2.187
Gestão Administrativa	865	1.011
Investimentos	69	4
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.059	11.954
Gestão Previdencial	11.059	11.954
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.012.447	1.918.254
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.995.650	1.902.195
Provisões Matemáticas	2.130.678	2.062.164
Benefícios Concedidos	1.499.199	1.441.618
Benefícios a Conceder	631.479	620.546
Equilíbrio Técnico	(135.028)	(159.969)
Resultados Realizados	(135.028)	(159.969)
Superávit Técnico Acumulado	-	-
Déficit Técnico Acumulado	(135.028)	(159.969)
Fundos	16.797	16.059
Fundos Previdenciais	373	250
Fundos Administrativos	16.424	15.809
TOTAL DO PASSIVO	2.027.455	1.933.410

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 CONSOLIDADA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Patrimonio Social - início do exercício	1.918.254	1.835.238	4,52%
1. Adições	260.329	243.094	7,09%
(+) Contribuições Previdenciais	37.263	37.030	0,63%
(+) Portabilidade	46	-	0,00%
(+) Outras Adições Previdenciais	15	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	214.043	198.405	7,88%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	856	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	7.531	7.463	0,91%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	575	197	191,88%
2. Destinações	(166.137)	(160.079)	3,78%
(-) Benefícios	(151.360)	(141.492)	6,97%
(-) Portabilidade / Resgates	(5.877)	(8.346)	-29,58%
(-) Provisão p/ Perdas Estimadas	(2)	-	0,00%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(113)	-	0,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.295)	-	0,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.715)	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(7.393)	(7.526)	-1,77%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(98)	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	94.193	83.016	13,46%
(+/-) Provisões Matemáticas	(68.514)	168.762	-140,60%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.941)	(85.988)	-70,99%
(+/-) Fundos Previdenciais	(123)	108	213,89%
(+/-) Fundos Administrativos	(615)	134	558,96%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	2.012.447	1.918.254	4,91%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 PLANO II DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.881.094	1.804.507	4,24%
1. Adições	245.743	231.586	6,11%
(+) Contribuições	32.890	33.701	-2,41%
(+) Portabilidade	46	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	211.934	197.885	7,10%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	856	-	0,00%
(+) Atualização Depósitos Judiciais	2	-	0,00%
(+) Outras Adições	15	-	0,00%
2. Destinações	(158.933)	(154.999)	2,54%
(-) Benefícios	(151.360)	(141.492)	6,97%
(-) Portabilidade / Resgates	(4.867)	(8.059)	-39,61%
(-) Provisão para Perdas Estimadas	(2)	-	0,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(2.715)	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(2.704)	(2.733)	-1,06%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	86.810	76.587	13,35%
(+/-) Provisões Matemáticas	(61.869)	162.575	-138,06%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.941)	(85.988)	-70,99%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.967.904	1.881.094	4,61%
C) Fundos não previdenciais	174	(233)	-174,68%
(+/-) Fundos Administrativos	174	(233)	-174,68%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

PLANO II DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
1. Ativo	1.997.359	1.910.418	4,55%
Disponível	24	70	-65,45%
Recebível Previdencial	23.469	24.083	-2,55%
Investimento	1.973.865	1.886.265	4,64%
Títulos Públicos	1.270.996	1.187.468	7,03%
Renda Variável	94.957	100.427	-5,45%
Fundos de Investimento	536.636	521.279	2,95%
Investimentos em Imóveis	40.634	41.018	-0,94%
Operações com Participantes	30.641	36.073	-15,06%
2. Obrigações	14.435	14.478	-0,30%
Operacional	3.376	2.524	33,76%
Contingencial	11.059	11.954	-7,49%
3. Fundos não Previdenciais	15.020	14.846	1,17%
Fundo Administrativo	15.020	14.846	1,17%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.967.904	1.881.094	4,61%
Provisões Matemáticas	2.102.932	2.041.063	3,03%
Superávit/Déficit Técnico	(135.028)	(159.969)	-15,59%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(135.028)	(159.969)	-15,59%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	151.483	143.568	5,51%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	16.455	(16.401)	-200,33%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 PLANO III DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	21.351	15.055	41,82%
1. Adições	8.467	7.083	19,54%
(+) Contribuições	7.653	6.563	16,61%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	814	520	56,59%
2. Destinações	(1.698)	(787)	115,76%
(-) Portabilidade / Resgates	(1.010)	(286)	253,15%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(113)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(575)	(501)	14,77%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.768	6.296	7,51%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.645	6.187	7,40%
(+/-) Fundos Previdenciais	123	109	12,84%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	28.119	21.351	31,70%
C) Fundos não previdenciais	441	367	20,16%
(+/-) Fundos Administrativos	441	367	20,16%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 PLANO III DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	21.351	15.055	41,82%
1. Adições	8.467	7.083	19,54%
(+) Contribuições	7.653	6.563	16,61%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	814	520	56,59%
2. Destinações	(1.698)	(787)	115,76%
(-) Portabilidade / Resgates	(1.010)	(286)	253,15%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(113)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(575)	(501)	14,77%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.768	6.296	7,51%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.645	6.187	7,40%
(+/-) Fundos Previdenciais	123	109	12,84%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	28.119	21.351	31,70%
C) Fundos não previdenciais	441	367	20,16%
(+/-) Fundos Administrativos	441	367	20,16%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

PLANO II DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.982.282	1.895.572	4,57%
1. Provisões Matemáticas	2.102.875	2.041.063	3,03%
1.1. Benefícios Concedidos	1.499.199	1.441.618	3,99%
Benefício Definido	1.499.199	1.441.618	3,99%
1.2. Benefício a Conceder	603.676	599.445	0,71%
Contribuição Definida	511.092	506.269	0,95%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	227.220	224.604	1,16%
Saldo de contas - parcela participantes	283.872	281.665	0,78%
Benefício Definido	92.584	93.176	-0,64%
2. Equilíbrio Técnico	(135.028)	(159.969)	-15,59%
2.1. Resultados Realizados	(135.028)	(159.969)	-15,59%
(-) Déficit técnico acumulado	(135.028)	(159.969)	-15,59%
2.2. Resultados a realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	-	-	0,00%
4. Exigível Operacional	3.376	2.524	33,76%
4.1. Gestão Previdencial	3.260	2.458	32,63%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	116	66	75,76%
5. Exigível Contingencial	11.059	11.954	-7,49%
5.1. Gestão Previdencial	11.059	11.954	-7,49%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 PLANO III DE APOSENTADORIA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	28.016	21.364	31,13%
1. Provisões Matemáticas	27.610	21.101	30,85%
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	0,00%
1.2. Benefício a Conceder	27.610	21.101	30,85%
Contribuição Definida	27.610	21.101	30,85%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	13.496	10.198	32,34%
Saldo de contas - parcela participantes	14.114	10.903	29,45%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	373	250	49,20%
3.1. Fundos Previdenciais	373	250	49,20%
4. Exigível Operacional	33	13	153,85%
4.1. Gestão Previdencial	33	13	153,85%
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 CONSOLIDADO

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.809	15.675	0,85%
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.008	7.661	4,53%
1.1. Receitas	8.008	7.661	4,53%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.279	3.234	1,39%
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.528	3.468	1,73%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	724	755	-4,11%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	477	196	143,37%
Outras Receitas	0	8	-
2. Despesas Administrativas	(7.393)	(7.527)	-1,78%
2.1. Administração Previdencial	(7.393)	(7.527)	-1,78%
Pessoal e encargos	(5.364)	(5.270)	1,78%
Treinamentos/congressos e seminários	(18)	(18)	-0,66%
Serviços de terceiros	(886)	(1.097)	-19,23%
Despesas gerais	(441)	(445)	-0,90%
Depreciações e amortizações	(185)	(205)	-9,76%
Tributos	(499)	(493)	1,22%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	615	134	358,96%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	615	134	358,96%
8. Operações Transitórias/Migrações	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	16.424	15.809	3,89%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reclassificado, conforme Nota Explicativa 4 - Letra L - Principais Práticas Contábeis e conforme prevê o Anexo III da Instrução Previc nº 44, 23/11/2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Banestes é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM e a Fundação Banestes. A Banestes segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Banestes tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos Rendimentos resultantes das aplicações desses recursos com independência patrimonial entre os planos.

2 – PLANOS ADMINISTRADOS

A Banestes administra dois planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela

Previc. Além dos planos de benefícios, a Banestes também possui um Plano de Gestão Administrativa.

Plano II de Aposentadoria

A Banestes a partir de 01/05/1998 implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de três (3%) por centos, incidentes sobre salário de participação recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de nove (9%) por cento. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administra-

ção da Baneses. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o Plano II de Aposentadoria da Baneses foi fechado para a adesão de novos participantes.

Plano III de Aposentadoria

Em 15/02/2017, por meio da Portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2017.0002-56 e administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses, na modalidade de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro Banestes e da Fundação Banestes. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

Plano de Gestão Administrativa

O Plano de Gestão Administrativa – PGA foi criado com a finalidade de controlar as operações administrativas, em conformidade com seu regulamento, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade da Baneses.

Dados Previdenciários – Estatísticos de participantes e assistidos.

Quantidade de participantes e assistidos em 31/12/2021:

Plano II de Aposentadoria	2021	2020
- ASSISTIDOS	2.182	2.147
- PENSIONISTAS	323	304
- AUTOPATROCINADOS	34	35
- VINCULADOS	1	1
- PARTICIPANTES	1.204	1.311

Plano III de Aposentadoria	2020	2020
- PARTICIPANTES	589	523
- AUTOPATROCINADOS	7	8

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Economia/Superintendência Nacional de Previdência Complementar/Diretoria, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, pela Previc por meio da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da Baneses ocorreu em 11/03/2022.

De acordo com a Resolução CNPC 29/2018 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, são apresentadas as seguintes demonstrações contábeis, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** (Consolidado) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS** (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA** (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração do Ativo Líquido - DAL** (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL** (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas - DPT** (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

Consolidação das Demonstrações:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 29, de 29/04/2018, Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As contas passíveis de ajustes e eliminações são: "Superávit Técnico, Déficit Técnico, Migrações Entre Planos, Compensações de Fluxos Previdenciais, Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA".

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do Exercício Social anterior.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da Banestes foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31/12/2021:

Descrição	Plano II	Plano III	Plano Consolidado
Gestão Administrativa - Participação no PGA	15.020	1.403	(16.423)
Outros Realizáveis	335	7	(342)
Cobertura Custeio Administrativo	278	7	(285)
Taxa de Administração de Empréstimos	57	-	(57)
Total do Ativo	15.355	1.410	(16.765)
Gestão Previdencial - Compromisso a Pagar - Custeio	(278)	(7)	285
Investimentos – Taxa de Adm a Repassar	(57)	-	57
Fundos - Participação no Fundo Administrativo	(15.020)	(1.403)	16.423
Total do Passivo	(15.355)	(1.410)	16.765

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

No exercício de 2021, em situação atípica devido a pandemia decretada a nível mundial, todas as atividades foram realizadas por trabalho Home Office e com manutenção de todas as práticas pertinentes as operações realizadas e sua transparência de registros.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) Realizável da Gestão Previdencial: Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente.

b) Realizável da Gestão Administrativa: Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Baneses, sendo: as despesas administrativas comuns e específicas da Baneses serão suportadas pelas fontes de custeios definidas em regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa. A totalidade das despesas comuns e específicas incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, serão debitadas e ou creditadas no Fundo Administrativo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é realizada da seguinte forma: serão individualizados por planos de benefícios administrados pela entidade. Desta forma o fundo administrativo será contabilizado e controlado separadamente, por plano de benefícios, demonstrando suas variações e montantes individuais.

Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 29, de 29/04/2018 e Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdencial.

Realizável Gestão Administrativa	2021	2020
Gestão Administrativa	417	384
Contas a Receber	76	37
Despesas Antecipadas	7	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	334	-
Outros Realizáveis	-	347

c) Realizável Investimentos:

Renda Fixa: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados

a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Renda Variável: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

Investimentos Imobiliários: estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e ajustados periodicamente, de acordo com avaliações a valor de mercado em, no máximo três (3) anos. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

No exercício de 2020 foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ nº. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado, em atendimento a Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 7.896 acima do valor contábil correspondente. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

Descrição	Valor Contábil (A)	Valor Reavaliado (B)	Resultado (B-A)
Edificações	32.884	40.780	7.896

Conforme previsto na Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, Seção VIII Imóveis, art. 17 item II - realizar avaliação dos imóveis, no mínimo, anualmente; E, *a reavaliação dos imóveis que estejam totalmente provisionados é facultativa, enquanto não seja revertida a provisão, com a devida anuidade do AETQ*. Sendo assim é previsto aplicação da avaliação anual para Exercício de 2023.

Operações com Participantes: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros de 0,76% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente:

Imobilizado: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

Intangível: Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, em verificação com o capítulo V da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020 nº 31, de 20/08/2020.

Sendo assim, composto pelo Sistema de Benefícios desenvolvido pela Baneses e pelos custos com o desenvolvimento do Sistema de Empréstimos em produção desde junho de 2021.

Diferido: Composição de custo de desenvolvimento (Fomento) do Plano III de Aposentadoria, com saldo em 31/12/2020 no montante de R\$ 103 e reclassificado em 31/12/2021, conforme definido na Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020 e amortização de 20,00% a.a.

e) Provisão Para Perdas: a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencidos e vencendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no capítulo IV, artigo 19 da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020. Na constituição da provisão para perda devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vencendo:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Contribuição Em Atraso:

Discriminação	Perdas Estimadas Contribuição Em Atraso (Participantes)	Perdas Estimadas Contribuição Em Atraso (Autopatrocinado)	PCLD
Saldos em 31/12/2020	17	3	(20)
Apropriado até 31/12/2021	1	0	(1)
Saldos em 31/12/2021	18	3	(21)

Investimentos em Imóveis:

Discriminação	Perdas Estimadas - Investimentos em Imóveis	PCLD
Saldos em 31/12/2020	59	(59)
Apropriado até 31/12/2021	4	(4)
Saldos em 31/12/2021	63	(63)

Operações Com Participantes

Em 30 de maio de 2018, a Baneses iniciou a constituição de saldo devedor de empréstimos em atraso referendado pelo Conselho Deliberativo.

Discriminação	Saldo Devedor Empréstimos em Atraso	PCLD
Saldos em 31/12/2020	806	(651)
Apropriado até 31/12/2021	40	(180)
Saldos em 31/12/2021	846	(831)

f) Ativos Contingentes:

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04/08/2009 e pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico.

Ativos contingentes da Baneses em 31 de dezembro de 2021: - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23/07/1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A Baneses, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complemen-

tar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23/07/1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09/03/1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02/05/1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04/03/1991, art. 38, os saldos das OFND s seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A Baneses é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados

à atualização do valor das OFNDs e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A Abrapp iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28/06/2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da Baneses. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a Baneses não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14/10/2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

Em 19/11/2021, o Conselho Deliberativo da Baneses decidiu corroborar com o entendimento da Diretoria Executiva de ser favorável à ABRAPP a continuar as negociações em nome da Baneses e fazer a adesão à proposta de acordo materializada no procedimento administrativo nº 00412.007444/2021-67, com base nos termos prevalecidos em acordos já realizados com entidades que estão incorporadas a este processo.

- g) Exigível Operacional:** demonstra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas.

- h) Exigível Contingencial:** é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

- i) Provisões Matemáticas:** São apuradas no final do exercício e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- j) Fundos:** são recursos constituídos e destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundo Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados na administração dos planos de benefícios.

Fundo de Reversão de Excedentes – FRE: fundo de natureza coletiva, que será constituído em quantitativo de cotas por sobras de Contas previstas no regulamento, no caso de Resgate.

As mutações do exercício foram:

Fundos Administrativos

Discriminação	Fundo Administrativo Plano II	Fundo Administrativo Plano III	Total
Saldos em 31/12/2020	14.846	963	15.809
Constituição / Reversão de Fundos	174	441	615
Saldos em 31/12/2021	15.020	1.404	16.424

Fundo Previdencial

Discriminação	Fundo Previdencial Plano II	Fundo Previdencial Plano III
Saldos em 31/12/2020	-	250
Constituição / Reversão de Fundos	-	123
Saldos em 31/12/2021	-	373

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas: as adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

L) Ajustes de exercícios anteriores decorrentes de mudanças de práticas contábeis (Reclassificação):

Em 01/01/2021, foram reclassificadas Balanço e Demonstrações Contábeis dos Planos de benefícios e Plano de Gestão Administrativa do exercício de 2020, de modo generalizado houve ajustes nas rubricas contábeis (De_Para) e pontualmente contas contábeis foram extintas, sendo:

A conta de Ativo Diferido de saldo em 31/12/2020 com a Instrução SPC nº 34/2009 para conta de Ativo Intangível sendo implementada na Instrução Previc nº 31/2020;

Reclassificação com exclusão:

PERMANENTE	653	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	653
Imobilizado	132	Imobilizado	132
Intangível	418	Intangível	521
Diferido	103		

As despesas do Plano de Gestão administrativa tiveram ajustes em sua classificação, em 31/12/2020 com a Instrução SPC nº 34/2009 havia dois centros de custos obrigatórios “Administração Previdencial e dos Investimentos”, com a Instrução Previc nº 31/2020 a obrigatoriedade é apenas de “Administração dos Planos Previdenciais.

Reclassificação com exclusão:

2. Despesas Administrativas	7.527	2. Despesas Administrativas	7.527
2.1 Administração Previdencial	4.058	2.1 Administração dos Planos Previdenciais	7.527
2.2 Administração dos Investimentos	3.469		

As demonstrações DMPS, DMAL, DAL tiveram abertura de contas para maior transparência de informação sem impacto financeiro, apenas estrutural de apresentação, sendo abertura nas contas DMPS e DMAL de adições: (Migração de Planos; Portabilidade; Indenização de Riscos Terceirizados; Reversão de Fundos Administrativos; Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais; Compensações de Fluxos Previdenciais; Outras Adições Previdenciais). E DMPS e DMAL deduções (Resgates; Portabilidade; Migração entre Planos; Provisão para Perdas Estimadas; Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados; Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es); Compensações de Fluxos Previdenciais. No DAL contas de ativo Investimentos no Exterior; Recursos a Receber- Precatórios e no DAL e DPT Fundos para Garantia de Operações com Participantes.

5 – INVESTIMENTOS

Em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas dos planos de benefícios:

Composição da Carteira de Investimentos: Plano II de Aposentadoria

Investimentos	Exercício 2021 (R\$ mil)	Exercício 2020 (R\$ mil)
Títulos Públicos Federais	1.270.996	1.187.468
Notas do Tesouro Nacional	1.250.784	1.157.027
Letras Financeiras do Tesouro	20.212	30.441
Créditos Privados e Depósitos	-	-
Instituições Financeiras	-	-
Companhias Abertas	-	-
Ações	94.957	100.427
Instituições Financeiras	3.104	3.986
Companhias Abertas	46.682	47.475
Patrocinadores	45.171	48.966
Fundos de Investimentos	536.636	521.279
Renda Fixa	193.554	128.123
Ações Mercado a Vista	174.179	203.140
Multimercado	148.494	165.244
Direitos Creditórios	0	-
Participações	19.920	19.812
Imobiliário	489	4.960
Investimentos Imobiliários	40.634	41.018
Edificações para Uso Próprio	858	874
Edificações Locadas ao Patrocinador	39.498	39.862
Edificações para Renda	278	282
Empréstimos	30.641	36.073
Empréstimos	30.641	36.073
Total dos Recursos	1.973.865	1.886.265

Composição da Carteira de Investimentos: Plano III de Aposentadoria

Investimentos	Exercício 2021 (R\$ mil)	Exercício 2020 (R\$ mil)
Fundos de Investimentos	28.146	21.326
Renda Fixa	16.682	10.345
Multimercado Institucional	9.768	10.981
Multimercado Estruturado	1.696	-
Total dos Recursos	28.146	21.326

E, em 31/12/2021 e 31/12/2020 a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia da Gestão Administrativa.

Composição da Carteira de Investimentos: Plano de Gestão Administrativa

Investimentos	Exercício 2021 (R\$ mil)	Exercício 2020 (R\$ mil)
Fundos de Investimentos	16.318	15.770
Renda Fixa	8.757	11.340
Multimercado	7.561	4.430
Total dos Recursos	16.318	15.770

5.1 Resolução CNPC nº 29, 13/04/2018, títulos e valores mobiliários:

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, 13/04/2018, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;

Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Baneses.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os títulos estavam assim classificados: Plano II de Aposentadoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2021			2020		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	167.101	222.449	222.449	151.861	190.801	190.801
Multimercado	27.725	28.895	28.895	56.035	62.678	62.678
Renda Fixa	139.376	193.554	193.554	95.826	128.123	128.123
Até 180 dias	-	-	-	2.511	3.852	3.852
LFT	-	-	-	2.511	3.852	3.852
De 181 a 360 dias	14.433	20.212	20.212	4.975	7.258	7.258
LFT	-	-	-	4.975	7.258	7.258
LFT	14.433	20.212	20.212	-	-	-

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2021			2020		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²
Acima de 360 dias	-	-	-	14.433	19.331	19.331
LFT	-	-	-	14.433	19.331	19.331
TOTAL - Renda Fixa	181.534	242.661	242.661	173.780	221.242	221.242
RENTA VARIÁVEL						
Fundos de Investimentos	109.638	174.179	174.179	108.644	203.140	203.140
Ações - FIAs	109.638	174.179	174.179	108.644	203.140	203.140
Ações	54.015	94.792	94.792	54.013	100.343	100.343
Ações Banestes	20.498	45.009	45.009	20.498	48.885	48.885
Ações OI S.A. ¹	10	0	0	10	1	1
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	20.374	20.374	5.621	19.119	19.119
Ações Bradesco	1.996	3.101	3.101	1.996	3.983	3.983
Ações Petrobrás	14.174	9.193	9.193	14.174	9.157	9.157
Ações Vale	11.716	17.115	17.115	11.716	19.199	19.199
TOTAL - Renda Variável	163.653	268.971	268.971	162.657	303.483	303.483
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS						
Total de Fundos de Participação	30.030	19.920	19.920	22.289	19.811	19.811
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	104.982	119.599	119.599	88.689	102.565	102.565
TOTAL - Investimentos Estruturados	135.012	139.519	139.519	110.978	122.377	122.377
Imobiliário						
Total de Fundos Imobiliário	4.075	489	489	4.075	4.960	4.960
TOTAL - Investimentos Estruturados	4.075	489	489	4.075	4.960	4.960
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	484.274	651.640	651.640	451.491	652.062	652.062

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	2021			2020		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²
RENTA FIXA						
Até 180 dias	-	-	-	30.384	105.969	107.440
NTN - C	-	-	-	30.384	105.969	107.440
De 181 a 360 dias	3.090	3.866	3.869	-	-	-
NTN-C	-	-	-	-	-	-
NTN - B	3.090	3.866	3.869	-	-	-
Acima de 360 dias	748.822	1.246.918	1.406.289	677.450	1.051.058	1.364.860
NTN - C	70.121	220.768	265.859	70.121	189.828	251.719
NTN - B	678.701	1.026.150	1.140.430	607.329	861.230	1.113.140
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	748.822	1.250.784	1.410.158	707.834	1.157.027	1.472.300
TOTAL	1.233.096	1.902.424	2.061.798	1.159.325	1.809.090	2.124.362

¹ As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

² O valor de mercado dos títulos públicos federais segue o divulgado pela ANBIMA para o dia 31.12.2021.

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 os títulos estavam assim classificados: Plano III de Aposentadoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2021			2020		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	24.358	26.450	26.450	19.564	21.326	21.326
Multimercado	9.053	9.768	9.768	10.229	10.981	10.981
Renda Fixa	15.305	16.682	16.682	9.336	10.345	10.345
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS						
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	1.680	1.696	1.696	-	-	-
TOTAL - Investimentos Estruturados	1.680	1.696	1.696	-	-	-
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	26.038	28.146	28.146	19.564	21.326	21.326
TOTAL	26.038	28.146	28.146	19.564	21.326	21.326

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 os títulos estavam assim classificados: Plano de Gestão Administrativa.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2021			2020		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	15.383	16.318	16.318	13.895	15.770	15.770
Multimercado	7.334	7.561	7.561	3.828	4.430	4.430
Renda Fixa	8.049	8.757	8.757	10.067	11.340	11.340
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	15.383	16.318	16.318	13.895	15.770	15.770
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO						
TOTAL	15.383	16.318	16.318	13.895	15.770	15.770

5.2 Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais:

Na Instrução Normativa DC/PREVIC Nº 33 DE 23/10/2020, as EFPCs deverão observar as orientações e os procedimentos estabelecidos na presente instrução para o cumprimento do disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, quanto à apuração de resultado, à destinação e utilização de superávit, ao equacionamento de déficit, à realização dos estudos técnicos e aos parâmetros técnico-atuariais dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram. E, na Instrução Normativa nº 43 de 01/11/2021 que altera a Instrução nº 33/2020 permitindo que títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados como mantidos até o vencimento em fundos de investimentos exclusivos, sejam considerados para fins de ajuste de precificação.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 4,50% a.a. e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do

Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, em 31 de dezembro de 2021 e resultou no valor positivo de R\$ 200.127, assim demonstrado e verificado no sistema para preenchimento e envio de informações para apuração da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação (DPAP), referentes aos resultados do exercício de 2021, conforme Portaria Previc nº 835.

Registros

Novo DPAP

Selecionar DPAP

Sair

Valores do DPAP 1319

Número EFPC:	81
CNPB:	1998.0012-29
Grupo de Custeio:	
Submassa:	
Taxa Atuarial:	0.045
Data de Posição:	2021-12-31
Tipo de Cálculo:	DPAP

Consulta sistema Venturo Previc em 13/03/2022, 12:57 hrs, verificação de dados Duration Passivo e Ativo em apuração do Ajuste de Precificação <https://venturo.preciv.gov.br/pages/detalhes.xhtml?entradald=10892>

Protocolo nº 10892, CNPB nº 1998001229, Versão 2 - DPAP.

Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015:

Duration_do_passivo:9,8824.

Duration_do_ativo:8,5170._Atende.

Duration_do_Ativo:8,5170

Volume_financeiro:_R\$1.190.323.584,00

Volume_financeiro_carteira:_R\$990.196.992,00

Ajuste:_R\$_200.126.544,00

Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015:

Número de inconsistências: 0. Atende.

Valores de títulos públicos Notas do Tesouro Nacional Série B e C (NTN B e NTN C) (Valores Expressos em R\$ Mil):

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
990.197	1.190.324	200.127

6 – EXIGÍVEL ATUARIAL

6.1 Provisões Matemáticas Plano II de Aposentadoria:

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 10/03/2022, as provisões, avaliadas no regime *financeiro de capitalização*, estão desdobradas da seguinte forma:

Benefícios Concedidos: representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões dos dependentes.

Benefícios a Conceder: representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2021 e 31/12/2020 é a seguinte:

Descrição	2021	2020
Benefícios Concedidos	1.499.199	1.441.617
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	1.499.199	1.441.617
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	1.318.411	1.277.790
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	180.788	163.827
Benefícios a Conceder	603.732	599.445
Contribuição Definida	511.148	506.269
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	227.220	224.604
Saldo de Contas Parcela Participante	283.872	281.665
Saldo de Contas Parcela Participante Portada de EAPC	56	-
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	92.584	93.176
Valor Atual dos Benefícios não programados	92.584	93.176
Total de Provisões Matemáticas	2.102.931	2.041.062

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31/12/2020	1.441.617	599.445	2.041.062
Apropriação a resultado	57.582	4.287	61.869
Saldos em 31/12/2021	1.499.199	603.732	2.102.931

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses atuariais e econômicas adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2021	2020
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	1% a.a.	1% a.a.
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	1% até 50 anos e 0,5% acima de 50 anos	1% até 50 anos e 0,5% acima de 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT – 2000 Basic Desagravada 20%	AT – 2000 Basic Desagravada 20%
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability Desagravada 50%	Mercer Disability Desagravada 50%

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano. O indexador final não superará a rentabilidade descontado da taxa de juros utilizada na concessão do benefício. (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela(s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros. (3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic Desagravada em 20%.

6.2 Hipóteses e Métodos Atuariais Plano II de Aposentadoria – 2021

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em Mercer 5 30/12/2021, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na legislação vigente encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES. Adicionalmente resalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,50% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício. Considerando que o reajuste dos benefícios do Plano II está limitado ao retorno dos investimentos, descontado do juro atuarial utilizado na data de concessão do benefício, o valor da meta atuarial é flexível, portanto, a meta atuarial (reajuste efetivo dos benefícios + juro atuarial) fica vinculada aos ativos garantidores do plano. Por este motivo, que o IGP-DI foi utilizado como indexador do Plano até o fechamento do exercício 31/12/2021. Entretanto, visando aproximar o indexador do Plano à realidade dos retornos dos investimentos de mercado, onde não há mais títulos com emissão atrelada ao IGP-DI, optou-se por alterá-lo para o maior entre o IPCA e o FRA. Ressaltamos que esta alteração não afeta de forma alguma a metodologia de reajuste de benefícios definida pelo Regulamento do Plano, ou mesmo a Meta Atuarial do Plano definida anualmente. O valor apurado no exercício será o máximo entre o IPCA e o FRA, ambos limitados à rentabilidade anual, conforme item B.9.2.5.2, descontado da taxa de juros da data de conversão do benefício. O FRA é um índice vinculado do IGP-DI, com previsão de limitação caso não seja atingida a meta atuarial.

“B.9.2.5.2 - O Fator de Reajuste Anual, bem como o Fator de Reajuste Parcial, não poderão ser superiores à Rentabilidade do Patrimônio deste Plano II no mesmo período de apuração do correspondente Fator de Reajuste, descontado do Juro da Meta Atuarial da Data do Cálculo do benefício, ou sua equivalente, caso o período de apuração seja inferior a 12 meses.” (Descrição parecer atuarial).

Informamos que com exceção da taxa de juros e da tábua de mortalidade geral, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e o benefício mínimo, nos casos de morte ou invalidez.

6.3 Hipóteses e Métodos Atuariais Plano III de Aposentadoria – 2021:

O Plano III de Aposentadoria é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de contribuição definida pura, não existindo compromissos com valores previamente estabelecidos no período de capitalização ou de pagamento dos benefícios.

Conforme a Resolução nº 30/2018, a comprovação da aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras à massa de participantes, não é exigida para os Planos classificados na modalidade de contribuição definida. No entanto, de acordo com o Regulamento do Plano, são feitas projeções financeiras e atuariais com a finalidade de calcular o fator atuarial que será utilizado para redefinir a Renda por Prazo Indeterminado resultante da aplicação do mesmo sobre os Saldos de Contas apurados no final de cada exercício.

- Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano III de Aposentadoria no exercício de 2021.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que em 31/12/2021 o Plano III de Aposentadoria não possui títulos públicos federais classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento”. Dessa forma, observamos que o Ajuste de Precificação não é aplicável.

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo do fator atuarial para apuração de Renda por Prazo Indeterminado, baseadas no Estudo de Aderências das Hipóteses do Plano II de Aposentadoria, realizado em 2021, cuja população apresenta as mesmas características do Plano III de Aposentadoria.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	1,00
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic Desagravada em 20%

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano III de Aposentadoria administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

Provisões Matemáticas do Plano III de Aposentadoria: O valor do benefício concedido é ajustado, conforme saldo de conta de cada participante e o patrocinador não tem responsabilidade sobre o risco.

Benefícios Concedidos: representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder: representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2021 e 31/12/2020 é a seguinte:

Descrição	2021	2020
Provisões Matemáticas	27.746	21.101
Benefícios Concedidos	-	-
Benefícios a Conceder	27.746	21.101
Contribuição Definida	27.746	21.101
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	13.496	10.198
Saldo de Contas Parcela Participante	14.114	10.903
Saldo de Contas Parcela Participante Portada de EAPC	136	-
Fundo Previdencial	373	250
Fundo Previdencial – Fundo de Reversão de Excedentes (FRE)	373	250
Total de Provisões Técnicas	28.119	21.351

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	FRE	Total
Saldo em 31/12/2020	-	21.101	250	21.351
Apropriação a resultado	-	6.645	123	6.768
Saldo em 31/12/2021	-	27.746	373	28.119

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Conforme previsto em Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão de Excedentes foi constituído em quantitativo de cotas por sobras da Conta de Contribuição dos Patrocinadores e da Conta de Serviço Passado Patrocinador que não foi destinada ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pelo Resgate de suas contribuições.

O valor apurado no exercício de 2021, no montante de R\$ 373.135,67, poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base em decisão tomada pelo Conselho Deliberativo da Fundação, fundamentado em Parecer Atuarial, obedecida a legislação vigente e critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes, aos Assistidos e aos Patrocinadores, conforme o caso, dentre outras possibilidades, à cobertura de eventuais oscilações de risco econômico-financeiro, à necessidade de cobertura de débitos ou de custeio relativos às despesas administrativas previdenciais, à cobertura das Contribuições Normais dos Patrocinadores e dos Participantes e à melhoria de benefícios dos Assistidos, bem como à Conta de Contribuição do Participante – CCP e à Conta de Contribuição dos Patrocinadores – CPC, vinculadas a cada Participante, e à Conta de Participante – CP, vinculada a cada Assistido, sempre observada a paridade contributária.

7 – CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispôs sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – RPGA da Fundação Baneses, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais.

Em 29/06/2017, o conselho deliberativo aprovou a alteração do critério de rateio, de quantidade de participantes para patrimônio de cada plano de benefícios, objetivando a equalização de seus custos, de acordo com suas características específicas, e incluiu o critério de apropriação dos gastos administrativos de Fomento, considerando a fase inicial do plano de benefício.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de até 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2021.

A partir de 01/01/2021 despesas comuns foram assim rateadas: 52% para gestão previdencial e 48% para a gestão de investimentos, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A Baneses, atendendo a determinação legal contida na Resolução CGPC 29/2009, efetuou suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (RPGA).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2021	2020
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.809	15.675
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.008	7.661
1.1 Receitas	7.531	7.464
1.2 Fluxo dos Investimentos	477	197
2. Despesas Administrativas	7.393	7.527
2.1 Administração Previdencial	7.393	7.527
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	615	134
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	615	134
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	16.424	15.809

O fundo administrativo obteve variação positiva de 3,89% (três vírgula oitenta e nove por cento) em relação ao exercício de 2020. Esse acréscimo de R\$ 615 (seiscentos e quinze mil reais), foi em razão do controle das despesas administrativas com redução de custos e manutenção de qualidade, observado ainda que houve o aumento das receitas do Fluxo dos Investimentos.

O fundo administrativo do PGA tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da Baneses. A constituição do fundo representa a sobra entre o total de receitas e o total de despesas no exercício.

E, em 16/11/2018 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do percentual de 0,50% para 0,65% sobre o salário de participação, para custeio das despesas administrativas, os participantes, assistidos e patrocinadores efetuem o pagamento da contribuição equivalente, em vigor a partir do mês de janeiro de 2019.

8 – CONTINGÊNCIAS

A Baneses é parte em diversos processos judiciais. As provisões constituídas para os processos que representam perda provável foram estimadas com base em pareceres jurídicos que classificam as

contingências conforme Resolução CFC no 1.180, de 24/07/2009. A Baneses provisiona 100% dos valores estimados para as ações classificadas como perda provável, bem como a totalidade das ações em fase de execução. Nos processos em que o risco de perda é classificado como possível e os valores são considerados significativos, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. Quando a probabilidade de perda é remota, não há provisionamento ou divulgação nas Demonstrações Contábeis. A administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

A Baneses registra contingências de ações tramitando na justiça comum e na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para a Baneses, já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31/12/2021 no montante de R\$ 11.059 (R\$ 11.954 em 2020).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses são relativos às reclamações trabalhistas e ações cíveis e tributárias.

EXIGÍVEL CONTINGÊNCIAL	Exercício 2021	Exercício 2020
Contingência Previdencial (Depósitos)	8.057	8.848
Depósito Recursal	257	285
Depósito Judicial	68	60
Provisão Contingências (Tramitação)	2.677	2.761
Total	11.059	11.954

A Baneses é autora nas seguintes ações:

Proposta pela Abrapp contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda está em fase de liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.

Proposta pela JCMB em face do Banestes S/A, processo nº 0032324-50.8.08.0024, junto à 2ª Vara Cível de Vitória - ES, objetivando a recomposição das reservas matemáticas de assistidos que obtiveram êxito em Reclamação Trabalhista em face do patrocinador Banestes S/A, na qual pleitearam a recomposição de verbas que compõem o salário de participação para a Baneses, destituídas pelo patrocinador, com reflexos no benefício pago pela Fundação Banestes.

9 – DETALHAMENTO DO SALDO DA RUBRICA “OUTROS”

Em atendimento ao art. 30, item XII da Instrução Previc nº 30, de 20/08/2020, apresentar o detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo da referida conta, sendo assim:

	2021
A) Ativo	
Ativo Realizável – Gestão Previdencial	
Rubrica - 1.02.01.01.99.00.00 Outros Recursos a Receber - Previdencial	1
Rubrica - 1.02.01.99.01.00.00 Outros Realizáveis	28
Ativo Realizável – Gestão Administrativa	
Rubrica - 1.02.02.01.03.98.00 Outras Contratações	8
B) Passivo	
Passivo Operacional – Investimentos	
Rubrica - 2.01.03.99.00.00.00 Outras Exigibilidades	51
C) Resultado - Gestão Previdencial	
Adições - Gestão Previdencial	
Rubrica - 3.01.99.00.00.00.00 Outras Exigibilidades	15
Deduções - Gestão Previdencial	
Rubrica - 3.02.02.99.00.00.00 Outros Benefícios de Prestação Única	5.709
Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais	
Rubrica - 3.07.02.02.00.00.00 Outras Reversão/Utilização de Fundo Previdencial	1
D) Resultado - Investimentos	
Despesas - Investimentos	
Rubrica - 5.02.07.99.02.00.00 Outras Despesas Diretas	27
Rubrica - 5.02.98.00.00.00.00 Outras Deduções/Variações Negativas	553

Os valores vinculados as contas de Ativo Gestão Previdencial “Outros” são vinculadas a seguro de risco a receber e ressarcimentos de tributos a receber. Em Ativo Gestão Administrativa trata-se de custeio administrativo a receber.

Os valores de Passivo operacional de Investimentos estão vinculados a relacionados com o disponível;

Os valores de resultados adições gestão previdencial são reversão de benefícios Concedidos (Tempo de Contribuição) de exercícios anteriores; Os valores de resultados deduções da gestão previdencial são Benefícios de prestação única (Aposentadorias recebimento parcela única); E, reversão de Fundo previdencial.

E os valores de resultados de investimentos são despesas diretas de investimentos imobiliário e despesas de serviços de Custódia e Controladoria, Honorários advocatícios e tributos e taxas.

10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1 Equilíbrio Técnico – Plano II de Aposentadoria

A Baneses registrou em 2021 déficit técnico acumulado de R\$ 135.028 (déficit de R\$ 159.969 em 2020). Sendo 6,42% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos, considerando a redução do déficit, o plano continua deficitário em 31/12/2021.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2020, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

A situação deficitária do Plano foi mantida em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2021 e do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer. No período compreendido entre janeiro/2021 e dezem-

bro/2021, a meta atuarial do Plano foi de 15,01%, composta pelo máximo entre o FRA e o IPCA, mais taxa de juros da data de concessão. A rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 10,64% conforme informação repassada pela Baneses.

O déficit apresentado em 31/12/2021 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2020, originado, principalmente, em função de perdas atuariais e segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo, tendo em vista o ajuste de precificação positivo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

Equilíbrio Técnico Ajustado:

A partir do exercício de 2016, a Baneses passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano II de Aposentadoria – DAL.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (*duration* – 4) x 1% x reserva matemática. Para *destinação* ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula (10% + (*duration* x 1%) x reserva matemática).

Na avaliação atuarial de 31/12/2021 foi apurado déficit no valor de R\$ 135.028. A parcela do déficit que está dentro do limite estabelecido pelo Artigo 15 da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela seguinte fórmula: “1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática”, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,88 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2021.

Descrição	2021	2020
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo Provisões Matemáticas (P.M.)	1.591.783	1.534.793
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,88	6,15
2.2) Limite do Déficit Técnico Acum. que deve permanecer $((1 \times 2.1) / 100) \times -1$	(93.597)	(94.390)
2.3) Déficit a equacionar	-	-
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
3) Equilíbrio Contábil	(135.028)	(159.969)
4) Ajuste de Precificação Positiva/Negativa	151.483	143.568
5) = (3) +(4) Equilíbrio Técnico Ajustado	16.455	(16.401)

Observado que o ajuste de precificação (positivo) da parcela BD do Plano é na ordem de R\$ 151.483, chegamos a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 16.455. Dessa forma, não havendo necessidade de equacionamento por estar dentro do limite estabelecido pela legislação.

Com base na avaliação atuarial, verifica-se que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - Banestes está deficitário em 31/12/2021. Considerando o ajuste de precificação, a situação se torna equilibrada. Sendo assim, o equacionamento deste déficit não é obrigatório dado que ele é inferior ao limite estabelecido no Artigo 15 da Resolução CNPC nº30, de 10 de outubro de 2021.

10.2 Equilíbrio Técnico – Plano III de Aposentadoria

O plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida – CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos.

O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invali-

dez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria, sendo assim o plano não possui risco. Logo, está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

11 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2021, normas que entrarão em vigor apenas em 1º de janeiro de 2022 e aprovação de Fundo de Fomento Banestes:

Instrução Normativa Previc nº 40, de 22/06/2021, que altera o prazo de envio das Informações Extracontábeis e o anexo IV da Instrução Previc nº 31, de 20 agosto de 2020, sendo informações com objetivo de acompanhamento mensal, incluindo informações sobre o Déficit Técnico dos Planos de Benefícios e sobre a Carteira de Investimentos a partir de 01/01/2022.

Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 que revoga a Resolução CGPC nº 29/2009, dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas EFPC a partir de 01/01/2022;

Portaria Previc nº 682/2021 dispõe sobre o envio de informações à Previc relativas aos investimentos das EFPC, à política de investimentos dos planos de benefícios, do extrato de movimentação e de posição de custódia de títulos públicos federais, e sobre as exigências para as operações realizadas pelas EFPC por meio de negociações privadas com ações de emissão de companhias abertas negociadas em bolsa de valores ou admitidas à negociação em mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

E, o Conselho Deliberativo da Baneses aprovou o Fundo de Fomento em dezembro de 2021 para desenvolvimento de novos planos de benefícios na modalidade de planos Família e Instituídos, o fundo será constituído com a finalidade de destinação de recursos para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar.

Carla Barreto
Diretora Superintendente
CPF: 911.810.627-72

Ricardo Gobbi
Diretor de Seguridade
CPF: 838.558.157-04

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Bruno Dias dos Santos
Contador CRC ES 018566/0-0
CPF: 097.882.847-01

Pareceres





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses
Vitória – ES

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses** ("Entidade" ou "Fundação"), referentes aos planos de benefícios previdenciários, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativas às condições e procedimentos relacionados à apuração do resultado, e à destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de "*duração do passivo*", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "*Ajuste de Precificação*" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br



Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Conforme comentado à Nota Explicativa 10.1 às demonstrações contábeis, a situação de equilíbrio técnico do Plano II de Aposentadoria está deficitário em 31.12.2021, no entanto, o valor está inferior ao limite estabelecido no Artigo 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018 e não há obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento do Plano no exercício de 2022.

4. Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 26 de março de 2021, não continha modificações.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br



exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada,

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas dos planos para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Vitória – ES, 11 de março de 2021.

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/0-0 - S - ES

Paulo de Tarso M. Malta Jr.

Contador – CRC-PE – 0018346/0 - S - ES

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

PARECER ATUARIAL

Plano II de Aposentadoria

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela *Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES*, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguros, BANESTES Seguros SA e BANESTES Administradora, Corretora de Seguro, Previdência e Capitalização em 31 de dezembro de 2021.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009;
- Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021;
- Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 42, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019 (alterada pela Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020);
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020;
- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020;
- Portaria PREVIC nº 228, de 20/04/2021 ; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019;

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2021 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2022, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2021 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Portaria PREVIC nº 801, de 01/12/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 e revoga a Resolução CGPC nº 29/2009, a partir de 01/01/2022;

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2021, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

2. Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2021.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela *BANESES* à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a *BANESES*, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	2021	2020
Número	1.267	1.373
Idade Média (anos)	48,4	48,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	22,04	22,2
Tempo Médio de Contribuição (anos)	21,9	21,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,9	9,8
Salário Mensal Médio (R\$)	8.958	7.842
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	147.554.194,32	139.976.381,74

Participantes Autopatrocinados

Descrição	2021	2020
Número	32	35
Idade Média (anos)	45,4	43,9
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	19,6	18,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	19,2	17,9
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	11,8	12,7
Salário Mensal Médio (R\$)	6.167	5.405
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	2.565.644,90	2.459.601,04

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

Descrição	2021	2020
Número	1	1
Idade Média (anos)	66,2	65,2
Benefício Mensal Médio (R\$)	-	-

O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Assistidos

Descrição	2021	2020
Aposentados Programados		
Número	1.995	1.945
Idade Média (anos)	67,2	66,4
Benefício Mensal Médio em R\$	4.931,65	4.629,05
Aposentados Inválidos		
Número	164	172
Idade Média (anos)	64,5	63,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2097	1.949,57
Beneficiários		
Número	336	283
Idade Média (anos)	69,5	69,1
Benefício Mensal Médio em R\$	3568,22	3.373,44
Total		

Descrição	2021	2020
Número	2.495	2.400
Idade Média (anos)	67,3	66,5
Benefício Mensal Médio em R\$	4.555,71	4.288,97

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2021. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2021, refletindo o conceito de capacidade.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	1,0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	1% até 50 anos e 0,5% acima de 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT-2000 Basic Desagravada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability Desagravada em 50%

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano. O indexador final não superará a rentabilidade descontado da taxa de juros utilizada na concessão do benefício.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela(s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic Desagravada em 20%.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e o benefício mínimo, nos casos de morte ou invalidez.

Adequação das Hipóteses Utilizadas

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 30/12/2021, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na legislação vigente encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,50% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Considerando que o reajuste dos benefícios do Plano II está limitado ao retorno dos investimentos, descontado do juro atuarial utilizado na data de concessão do benefício, o valor da meta atuarial é flexível, portanto a meta atuarial (reajuste efetivo dos benefícios + juro atuarial) fica vinculada aos ativos garantidores do plano. Por este motivo, que o IGP-DI foi utilizado como indexador do Plano até o fechamento do exercício 31/12/2021. Entretanto, visando aproximar o indexador do Plano à realidade dos retornos dos investimentos de mercado, onde não há mais títulos com emissão atrelada ao IGP-DI, optou-se por alterá-lo para o maior entre o IPCA

e o FRA. Ressaltamos que esta alteração não afeta de forma alguma a metodologia de reajuste de benefícios definida pelo Regulamento do Plano, ou mesmo a Meta Atuarial do Plano definida anualmente.

O valor apurado no exercício será o máximo entre o IPCA e o FRA, ambos limitados à rentabilidade anual, conforme item B.9.2.5.2, descontado da taxa de juros da data de conversão do benefício. O FRA é um índice vinculado do IGP-DI, com previsão de limitação caso não seja atingida a meta atuarial.

“B.9.2.5.2 - O Fator de Reajuste Anual, bem como o Fator de Reajuste Parcial, não poderão ser superiores à Rentabilidade do Patrimônio deste Plano II no mesmo período de apuração do correspondente Fator de Reajuste, descontado do Juro da Meta Atuarial da Data do Cálculo do benefício, ou sua equivalente, caso o período de apuração seja inferior a 12 meses.”

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o *Agregado* para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que com exceção da taxa de juros e da tábua de mortalidade geral, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela *BANESES*, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2021 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela *BANESES* posicionados em 31/12/2021.

Conta	Nome	R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.982.923.564,20
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.967.903.278,53
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.102.931.415,18
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.499.198.847,04
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.499.198.847,04
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.318.410.616,14
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	180.788.230,90
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	603.732.568,14
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	511.148.091,85
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	227.220.199,84
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	283.871.803,09
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	-
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	56.088,92
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	92.584.476,29
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	92.584.476,29
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar – Total	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(135.028.136,65)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(135.028.136,65)
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	15.020.285,67
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.02.01.00	Participantes Ativos	-
2.03.02.01.02.02.00	Participantes Assistidos	-
2.03.02.01.02.03.00	Patrocinador(es)	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.03.02.01.03.01.00	Outros Fundos – Previstos em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo de Oscilação de Risco	-
2.03.02.01.03.03.00	Fundo de Retirada	-
2.03.02.01.03.04.00	Fundo Assistencial	-
2.03.02.01.03.05.00	Patrocinador(es) – Reserva Especial	-
2.03.02.01.03.06.00	Participantes – Reserva Especial	-

Conta	Nome	R\$
2.03.02.01.03.07.00	Fundo de Oscilação de Risco – Tábua Geracional	-
2.03.02.01.03.08.00	Fundo de Oscilação de Risco – Rentabilidade dos Investimentos	-
2.03.02.01.99.00.00	OUTROS FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.99.99.00	Outros – Assistenciais	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.020.285,67
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.01.01.00	Fundo Administrativo com Part. nos Planos	-
2.03.02.02.01.03.00	Fundo Administrativo Permanente	-
2.03.02.02.01.99.00	Outros Fundos Administrativos	-
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.03.02.02.03.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO	-
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2021, Plano este que se encontra em manutenção

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Aposentadoria no exercício de 2021. Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano II de Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela BANESES.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano II de Aposentadoria mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de

“títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela BANESES que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação total do plano relativo aos resultados do exercício de 2021 é positivo em R\$ 200.126.544,00. O Ajuste referente a parcela BD do plano representa o valor de R\$ 151.482.874,33.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2020, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos). Variação do Resultado

A situação deficitária do Plano foi mantida em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2021 e do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer.

No período compreendido entre janeiro/2021 e dezembro/2021, a meta atuarial do Plano foi de 15,01%, composta pelo máximo entre o FRA e o IPCA, mais taxa de juros da data de concessão. A rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 10,64% conforme informação repassada pela BANESES.

Natureza do Resultado

O déficit apresentado em 31/12/2021 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2020, originado, principalmente, em função de perdas atuariais e segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo, tendo em vista o ajuste de precificação positivo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Na avaliação atuarial de 31/12/2021 foi apurado déficit no valor de R\$ 135.028.136,65. A parcela do déficit que está dentro do limite estabelecido pelo Artigo 15 da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, e será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,88 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022.

Visto que o ajuste de precificação (positivo) da parcela BD do Plano é na ordem de R\$ 151.482.874,33, chegamos a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 16.454.737,68.

5. Plano de Custeio para o Exercício de 2022

Custos

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO em % da folha de salário de participação	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2021
Normal	13,50%	R\$ 19.919.816,23
Total de Benefícios	0,00%	-
Administração	1,30%	R\$ 1.918.204,53
Custo Total	14,80%	R\$ 21.838.020,76

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2021. Ressaltamos que durante o ano de 2022, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

Evolução dos Custos

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2022, quando comparados aos projetados para o exercício de 2021 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a(s) Patrocinadora(s) e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.7.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 do Regulamento do Plano:

Contribuição Normal: Corresponde, em média, a 5,53% da folha de Salário de Participação;

Contribuição Extra: 0,65% da folha de Salário de Participação.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,18% da folha de Salários de Participação (equivalente a R\$ 9.118.849,21 em 31/12/2021).

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.7.1.1 e B.7.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

Contribuição Básica: Corresponde, em média, 7,64% da folha de Salário de Participação;

Contribuição Extra: 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,29% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 12.232.242,71 em 31/12/2021).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1,30% (0,65% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,65% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

Assistidos (Aposentados e Pensionistas)

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,65%.
- Sobre o benefício mensal definido no item B.12.25:
 - Contribuição de 5,2% do benefício.
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.12 (exceto os estipulados nos itens B.12.25 e B.12.25.1):
 - Contribuição Extra, prevista no item B.2.18, no percentual de 0,65%;
 - Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

Tabela de Contribuições Sociais

Massa Masculina Inscrita até 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS - R\$	Percentual %	PARCELA A DEDUZIR – R\$
Até 1.886,00	2,85	-
De 1.886,01 a 3.771,99	4,75	35,83
De 3.772,00 a 11.315,97	17,10	501,67
Acima de 11.315,97	20,90	931,68

Massa Feminina Inscrita até 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS - R\$	Percentual %	PARCELA A DEDUZIR – R\$
Até 1.886,00	3,00	-
De 1.886,01 a 3.771,99	5,00	37,72
De 3.772,00 a 11.315,97	18,00	528,08
Acima de 11.315,97	22,00	980,72

Massa Inscrita APÓS 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS - R\$	Percentual %	PARCELA A DEDUZIR – R\$
Até 1.886,00	2,55	-
De 1.886,01 a 3.771,99	4,25	32,06
De 3.772,00 a 11.315,97	15,30	448,87
Acima de 11.315,97	18,70	833,61

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiárias inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES está deficitário em 31/12/2021. Considerando o ajuste de precificação, a situação se torna equilibrada. Sendo assim, o equacionamento deste déficit não é necessário. Sobre o resultado apurado com o ajuste de precificação, não há qualquer obrigação de destinação, visto que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 15 da Resolução CNPC nº30, de 10 de outubro de 2018.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2022.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João Silveira Sobrinho – MIBA nº 920

Mercer

Avenida Almirante Barroso 81, 23º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20031-004

PARECER ATUARIAL

Plano III de Aposentadoria

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano III de Aposentadoria, administrado pela *Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES*, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras em 31 de dezembro de 2021.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009;
- Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021;
- Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 42, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019 (alterada pela Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020);
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020;
- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020;
- Portaria PREVIC nº 228, de 20/04/2021 ; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019;

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2021 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2022, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2021 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Portaria PREVIC nº 801, de 01/12/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 e revoga a Resolução CGPC nº 29/2009, a partir de 01/01/2022;

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2021, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

2. Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2021.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela *BANESES* à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a *BANESES*, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	2021	2020
Número	575	511
Idade Média (anos)	37,6	37,0
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	7,0	6,9
Tempo Médio de Contribuição (anos)	3,6	3,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	23,0	23,1
Salário Mensal Médio (R\$)	6.449	5.722,68
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	48.206.275	38.015.766

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 01/09/2021. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2021, refletindo o conceito de capacidade.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

O Plano III de Aposentadoria é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de contribuição definida pura, não existindo compromissos com valores previamente estabelecidos no período de capitalização ou de pagamento dos benefícios.

Conforme a Resolução nº 30/2018, a comprovação da aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras à massa de participantes, não é exigida para os Planos classificados na modalidade de contribuição definida. No entanto, de acordo com o Regulamento do Plano, são feitas projeções financeiras e atuariais com a finalidade de calcular o fator atuarial que será utilizado para redefinir a Renda por Prazo Indeterminado resultante da aplicação do mesmo sobre os Saldos de Contas apurados no final de cada exercício.

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo do fator atuarial para apuração de Renda por Prazo Indeterminado, baseadas no Estudo de Aderências das Hipóteses do Plano II de Aposentadoria, realizado em 2021, cuja população apresenta as mesmas características do Plano III de Aposentadoria.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	1,00
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic Desagravada em 20%

Principais Riscos Atuariais

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

Adequação das Hipóteses Utilizadas

A comprovação da aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras à massa de participantes não é necessária no Plano III de Aposentadoria administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, pelo que determina a legislação vigente. Contudo o conjunto de hipóteses apresentado é aplicável para realizar as projeções financeiras e atuariais com a finalidade de calcular o fator atuarial, que é utilizado para redefinir a Renda por Prazo Indeterminado, atualmente.

Informamos que as premissas foram atualizadas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano III de Aposentadoria administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – *BANESES*.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano III de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e

atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela *BANESES*, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2021 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela *BANESES* posicionados em 31/12/2021.

Conta	Nome	R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	29.522.550,79
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	27.746.120,89
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.746.120,89
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	27.746.120,89
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	27.746.120,89
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	13.495.905,58
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	14.114.278,43
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	135.936,88
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar – Total	-
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	1.776.429,90
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	373.135,67
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	373.135,67
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.02.01.00	Participantes Ativos	-
2.03.02.01.02.02.00	Participantes Assistidos	-
2.03.02.01.02.03.00	Patrocinador(es)	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.03.02.01.03.01.00	Outros Fundos – Previstos em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo de Oscilação de Risco	-
2.03.02.01.03.03.00	Fundo de Retirada	-
2.03.02.01.03.04.00	Fundo Assistencial	-
2.03.02.01.03.05.00	Patrocinador(es) – Reserva Especial	-
2.03.02.01.03.06.00	Participantes – Reserva Especial	-
2.03.02.01.03.07.00	Fundo de Oscilação de Risco – Tábua Geracional	-
2.03.02.01.03.08.00	Fundo de Oscilação de Risco – Rentabilidade dos Investimentos	-
2.03.02.01.99.00.00	OUTROS FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.99.99.00	Outros – Assistenciais	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.403.294,23
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.01.01.00	Fundo Administrativo com Part. nos Planos	-
2.03.02.02.01.03.00	Fundo Administrativo Permanente	-
2.03.02.02.01.99.00	Outros Fundos Administrativos	-
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.03.02.02.03.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO	-
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano III de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2021, Plano este que se encontra em manutenção

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano III de Aposentadoria no exercício de 2021.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano III de Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que em 31/12/2021 o Plano III de Aposentadoria não possui títulos públicos federais classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento”. Dessa forma, observamos que o Ajuste de Precificação não é aplicável.

Variação nas Provisões Matemáticas

Como se trata de um Plano estruturado, em sua totalidade, na modalidade de “contribuição definida”, as Provisões Matemáticas refletem o nível de contribuição de Participantes e Patrocinadoras, o desempenho dos investimentos e os benefícios/institutos pagos.

Natureza do Resultado

Tendo em vista que o plano é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de “contribuição definida”, atestamos que se encontra em situação permanente de equilíbrio.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Em atendimento ao disposto no Artigo 9º da Resolução CNPC nº 30/2018, esclarecemos que, de acordo com o Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão de Excedentes foi constituído em quantitativo de cotas por sobras da Conta de Contribuição dos Patrocinadores e da Conta de Serviço Passado Patrocinador que não foi destinada ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pelo Resgate de suas contribuições.

O valor apurado no exercício de 2021, no montante de R\$ 373.135,67, poderá ser utilizado para a compensação de contribuições futuras de Patrocinadora bem como a melhoria de benefícios dos Assistidos ou outra destinação definida no regulamento do Plano, observada a legislação vigente.

5. Plano de Custeio para o Exercício de 2022

Custos

O método de Capitalização Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de contribuição definida do Plano III de Aposentadoria, sendo os benefícios obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício. Estas contribuições são determinadas conforme o Regulamento do Plano e estimadas para fins da Avaliação Atuarial com base no cenário real de adesão na data-base de dados.

A seguir apresentamos o plano de custeio para o exercício de 2022:

DESCRIÇÃO	CUSTO em % da folha de salário de participação	CUSTO em R\$ de 31/12/2021
Aposentadoria	15,37%	R\$ 7.409.304,47
Administração	1,30%	R\$ 626.681,58
Custo Total	16,67%	R\$ 8.035.986,04

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2021. Ressaltamos que durante o ano de 2022, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano III de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais e Contribuição Extra de acordo com o Artigo 44 do Regulamento do Plano:

Contribuição Normal: Corresponde, em média, a 7,51% da folha de Salário de Participação;

Contribuição Extra: 0,65% da folha de Salário de Participação.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 8,16% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 3.933.632 em 31/12/2021).

A seu critério, a Patrocinadora poderá utilizar sua parcela do Fundo Previdencial – Reversão de Excedentes, no valor de R\$ 373.135,67 em 31/12/2021, para abater suas contribuições normais, voluntárias, para custeio administrativo do plano, ou outra destinação, observada a legislação vigente.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Normais e Contribuição Extra de acordo com o Artigo 44 do Regulamento do Plano:

Contribuição Básica: Corresponde, em média, 7,86% da folha de Salário de Participação;

Contribuição Extra: 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,51% da folha de

Salário de Participação dos Participantes (equivalente a R\$ 4.102.354 em 31/12/2021).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1,30% (0,65% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,65% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

Análise da performance dos investimentos

PERÍODO	RENTABILIDADE LÍQUIDA	META ATUARIAL	INDEXADOR DO PLANO
2021	3,63%	15,01%	IPCA

PCA + taxa de juros acumulados no período de janeiro/2021 a dezembro/2021.

Ressaltamos que, conforme definido no Regulamento do Plano III de Aposentadoria, os benefícios oferecidos por este Plano são reajustados com base no saldo remanescente atualizado pelas cotas do patrimônio. Entretanto, para fins de comparação com uma Meta Atuarial, o IPCA é considerado como indexador do Plano. Este indexador não gera qualquer impacto nos compromissos do Plano.

Gestão do passivo

Descrição	2020	2021
Taxa de administração	R\$ 508.723	R\$ 626.682
Folha de pagamento	R\$38.132.530	R\$48.206.275
Taxa de administração sobre a folha	1,30%	1,30%

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de III Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio

Rio de Janeiro, 09 de março de 2022.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.
Jorge João Silveira Sobrinho – MIBA nº 920

Mercer
Avenida Almirante Barroso 81, 23º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20031-004

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13/04/2018, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2021.

Com base no exame desses documentos, complementados pela reunião para apresentação dos resultados da avaliação atuarial, realizada em 16/02/2021, cuja participação ocorreu a convite do Conselho Deliberativo, por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2021.

Vitória (ES), 21 de março de 2022.

Marcos Amaral Vargas
Presidente do Conselho

Celso Nunes de Almeida
Conselheiro

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

Fabio Roberto de Oliveira
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 24 de março de 2022, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2021 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal, na reunião para apresentação dos resultados da avaliação atuarial, realizada em 16/02/2021 e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2021.

Vitória (ES), 24 de março de 2022.

Karla Ramalhete
(Conselheira/Presidente)

Cláudia Valli Cardoso Machado
(Conselheira)

Júlio César Gomes
(Conselheiro)

Laci Jose da Silva Carvalho
(Conselheiro)

Marcos Vinícius Nunes Montes
(Conselheiro)

Sebastião Ferreira
(Conselheiro)

Patrocinadores:

Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

Conselho
Deliberativo:

Karla Ramalhete (Presidente), Cláudia Valli Cardoso Machado, Marcos Vinícius Nunes Montes, Júlio César Gomes, Laci José da Silva Carvalho e Sebastião Ferreira.

Diretoria Executiva:

Carla Barreto (Diretora Superintendente), Katya Elvira Paste (Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade).

Conselho Fiscal:

Marcos Amaral Vargas (Presidente), Sandro da Silva Martins, Celso Nunes de Almeida e Fábio Roberto de Oliveira.

Jornalista
responsável:

Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES).

Projeto gráfico:

Bios Editoração.

